

**ATA DA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO**

**8<sup>a</sup>**

Aos trinta dias do mês de abril do ano dois mil e quinze, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de Ilídio Granjo Vaz, Presidente da Mesa, de Antero Augusto Neto Lopes, Primeiro Secretário e de Maria Teresa Cordeiro Afonso, Segunda Secretária. -----

-----Para se verificar da existência de quórum, procedeu-se à chamada, estando presentes trinta e oito membros dos quarenta e três que constituem este órgão: -----

-----Ilídio Granjo Vaz, António de Jesus Cordeiro, José Maria Preto, João Fernando Pinto de Freitas Meira, Maria Teresa Cordeiro Afonso, Maria Eugénia Batista Mesquita Cabanal, José Francisco Bento Sanches Branco, Ilídio Simões Martins, Sandra Carina Cardoso Teixeira de Sampaio Mesquita, Altino dos Anjos Aleixo, Antero Augusto Neto Lopes, Antónia de Jesus Moura Cardoso, Fernando António Atanásio Pereira, Cândido Francisco Fernandes, Maria Teresa Afonso Pimentel Vilariça, Armando do Nascimento Cordeiro, Daniel Fernando Ribeiro Salgado, Filipa Isabel Serafim Martins, José dos Santos Carrasco, Belmiro Joaquim Mendes Ferreira, António Augusto Gonçalves, Cláudio Rafael Gouveia Pires em substituição do Senhor Vitor Manuel Purrulo Madaleno, Presidente da Junta de Freguesia de Azinhoso, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 18 do anexo à Lei 75/2013 de 12 de Setembro, António Luis Bernardo Martins, João de Deus Possacos, José Francisco Marcos Carrasco, Luis António Rodrigues Fernandes, José António Freitas, Martinho do Nascimento Major, José António Patrão, Carlos Alberto Sousa Reis, António Cândido Batista Cordeiro, Francisco Manuel Fernandes, Agostinho Joaquim Fernandes, Vitor Manuel de Oliveira Coelho, António José Marcos, Américo Rodrigues, Rui Manuel Felgueiras Mesquita, Amílcar André Machado em substituição do Senhor Manuel Maria Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Vila de Ala, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 18 do anexo à Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

-----Foi justificada a falta aos membros Belarmino Silvestre Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Urrós e Manuel dos Anjos Garcia,

Presidente da União de Freguesias de Vilarinho dos Galegos e Ventozelo --  
-----Não apresentaram justificação os membros Ana Paula Miguéis  
Gonçalves Sá, José Carlos Ferreira Lopes, Presidente da Junta de Freguesia  
de Castelo Branco e António dos Santos Aleixo, Presidente da Junta de  
Freguesia de Castro Vicente. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou  
aberta a sessão, tendo por base a seguinte Ordem do Dia: -----

-----1. PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

-----1.1 *Ata da Sessão Ordinária do dia 27 de fevereiro de 2015 –  
Apreciação e Deliberação.*-----

-----1.2 *Informação da Correspondência Recebida e Expedida.*-----

-----1.3 *Período de Intervenção do Público.*-----

-----1.4 *Tratamento de Assuntos Gerais de Interesse Autárquico.*-----

-----2. PERIODO DA ORDEM DO DIA: -----

-----2.1 *Apreciação da Informação do Presidente da Câmara  
Municipal acerca da Atividade do Município, bem como da situação  
financeira do mesmo – alínea c) do nº 2 do artigo 25º, Anexo I, da Lei  
75/2013, de 12 de setembro.*-----

-----2.2 *Apresentação do Relatório e Documentos de Prestação de  
Contas da Gestão do Ano de 2014 – Análise e Deliberação.* -----

-----2.3 *Mapa de Inventário para Prestação de Contas de 2014 –  
Análise e Deliberação.* -----

-----2.4 *Pedido da Confraria da Amêndoa do Douro Superior para o  
Município de Mogadouro ser Confrade – Análise e Deliberação.* -----

-----2.5 *Alteração ao Regulamento para a Atribuição de Apoio a  
Estratos Sociais Desfavorecidos do Município de Mogadouro – Análise e  
Deliberação.* -----

-----2.6 *Abertura de Procedimentos Concursais – Análise e  
Deliberação.* -----

-----2.7 *Regulamento de Formas de Apoios às Freguesias do  
Concelho de Mogadouro – Análise e Deliberação.* -----

-----2.8 *Projeto de Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais  
Económicas de Interesse Municipal – Análise e Deliberação.* -----

-----2.9 *Autorização Prévia no Âmbito da Lei dos Compromissos -  
Para Conhecimento.* -----

-----2.10 *Outros assuntos.*-----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou abertos os trabalhos. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “temos  
novamente na nossa presença um grupo de jovens do 8ª ano da escola de  
Mogadouro, bem-vindos ao Parlamento Local, que é a Assembleia  
Municipal, naturalmente para virdes aqui os vossos Professores já vos  
falaram do funcionamento dos órgãos autárquicos, a Assembleia Municipal  
é o órgão representativo do poder local, para além da Câmara Municipal,

onde se produz, legisla sobre a vida do concelho, sobre aquilo que entendemos, os partidos que têm assento nesta Assembleia, o cumprimento da Lei e da Constituição e os superiores interesses do nosso concelho. A Assembleia Municipal é este espaço, nós somos a Mesa, dirigimos os trabalhos, somos todos colegas uns dos outros, do lado estão os Senhores Vereadores que fazem parte do Executivo Municipal e é composto também por todos os Senhores Presidentes de Junta do Concelho de Mogadouro, naturalmente cada um de vós sois de terras diferentes, conheceis os vossos Presidentes de Junta e pelos membros da Assembleia Municipal, que são os eleitos que o povo em eleições livres, a Câmara, ou os membros da Assembleia, ou os Presidentes de Junta são eleitos por sufrágio universal, portanto é aqui que nós decidimos, apoiamos, fiscalizamos todas as diretrizes que são tratadas no Executivo Municipal, é assim que nós de ano a ano fazemos um esforço para realmente melhorar as condições do concelho dando às populações aquilo que elas mais precisam dentro das possibilidades e também passados estes ciclos esperemos que vocês venham a substituir-nos com o mesmo esforço e com a mesma responsabilidade. Obrigadinho por terem vindo. -----

-----Queria agradecer à Câmara Municipal a vinda do novo equipamento, espero bem que a partir deste momento não se queixem que as atas não estão de acordo com as vossas pretensões, com os vossos registos, de facto é aborrecido quando às vezes nós queremos que os nossos assuntos sejam transcritos em ata e que são de extrema responsabilidade, não estejam contidos mas também têm que acreditar que ao contrário do que eu ouvi aqui na última sessão, (premeditação), não há (premeditação) nenhuma, fazemos um esforço grande para que as coisas decorram da melhor maneira, e sabem que fazer uma ata tão extensa quanto esta, é difícil, sem o apoio de qualquer tipo de registo. Perante os problemas que tivemos ao longo destes mandatos e ultimamente os que ocorreram nas sessões anteriores, acho que valeu a pena fazermos este exercício de pressão junto do Executivo para que realmente tenhamos neste momento luz suficiente e mais económica e um registo de som, espero bem que no futuro não tenhamos qualquer problema, falta a outra parte, que é o equipamento, o Senhor Presidente da Câmara deu-me conhecimento ontem de que já tem um esboço para eu me pronunciar, ou a Mesa, naturalmente qualquer um dos Senhores se pode pronunciar sobre isso, sobre a tipologia do equipamento que vai ser posto aqui, ergonomicamente não estamos bem sentados, há pessoas aqui com alguma idade e estar aqui muitas horas na mesma posição também é aborrecido, por outro lado ter em atenção que uma vez ou outra temos público, mas o que é certo é que quase não há lugar para o instalar, de maneira que é preciso também repensar isso, porque se no futuro houver Assembleias com mais representatividade pública não temos um espaço condigno para os sentar, mas à boa maneira

transmontana e Mogadourense cá nos havemos de acomodar. -----

-----Queria também dar-vos nota de uma informação que o Senhor Vice-presidente me deixou aqui para lhes dar conhecimento, eu tive conhecimento ontem à noite, ou à tarde, o Senhor Presidente telefonou-me para me dar esta prévia informação da qual eu vos dou nota «Assunto: Assembleia municipal ordinária – 30 de abril de 2015 -----

-----Nos termos da convocatória recebida via email, confirmada hoje por via telefónica da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte para estar presente no próximo dia trinta de abril do corrente ano pelas 10.30 horas nas instalações da referida Comissão na cerimónia de assinatura de contrato de financiamento na sequência da aprovação da candidatura Norte 800569 FEDER 000161, centro de interpretação do mundo rural no âmbito da PN2 do novo norte, em regime de (?) cujo valor do investimento total elegível é de um milhão, cento e sete mil, trezentos e noventa e sete euros e noventa e seis, sendo a participação FEDER 85% no valor de novecentos e quarenta e nove mil, setecentos e vinte e oito e setenta e sete. Tenho a honra de comunicar a V. Exa não me ser possível estar presente na Assembleia Municipal ordinária de 30 de Abril do corrente ano, para além da assinatura do referido contrato foi ainda marcada uma reunião imediatamente a seguir a este ato com o Senhor Presidente da CCDRN, Professor Emídio Gomes. Perante esta minha ausência substituir-me-á o Vice-presidente desta Câmara Municipal, Senhor Evaristo António Neves. Agradeço a V. Exa que informe todos os membros da Assembleia Municipal da razão desta minha ausência sendo certo que ela se deve em prol dos interesses e para benefício do Concelho de Mogadouro. Igualmente agradeço a V. Exa que transmita a todos os membros da Assembleia Municipal os meus cordiais cumprimentos.»-----

-----Esta é a justificação da não presença do Senhor Presidente da Câmara. -----

-----O Presidente da assembleia apresentou de seguida o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos: -----

-----1. PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

-----1.1 *Ata da Sessão Ordinária do dia 27 de fevereiro de 2015 – Apreciação e Deliberação.* -----

► **ANTÓNIO CORDEIRO** usou da palavra e disse: “na intervenção do membro José Maria Preto, na página 97, linha 5 da ata onde está a palavra bem deverá constar o verbo vem. ”. -----

-----A ata foi aprovada por maioria com zero (0) votos contra, cinco (5) abstenções, por não terem estado presentes e trinta e três (33) votos a favor.

-----1.2 *Informação da Correspondência Recebida e Expedida.* -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia informou que foi dado conhecimento de toda a correspondência recebida e expedida. -----

-----Passou ao ponto 1.3 -----

-----1.3 *Período de Intervenção do Público.*-----

-----Não havendo público para intervir passou ao ponto 1.4 -----

-----1.4 *Tratamento de Assuntos Gerais de Interesse Autárquico.*-----

► **ALTINO ALEIXO** usou da palavra e disse: “depois de várias décadas em que a imagem da agricultura era tudo menos positiva, a agricultura está agora na moda. Ainda bem. Esperamos que seja para durar. Os agricultores passaram de socialmente desprestigiados, a gente respeitada pelo seu esforço e pelo seu sucesso; ser jovem agricultor passou a não ser menos do que ser jovem doutor, ou jovem engenheiro, ou outras profissões. Sobre o aplauso público e o chamamento político generalizado sobe ao pódio e a comunicação social cobria de elogios perante a incredibilidade que disso fazem profissão afinal a agricultura sobreviveu, afinal exportamos milhares de milhões de euros, somos muito menos dependentes do que alguns pensam, os nossos vinhos, os azeites brilham no mundo inteiro, a nossa cortiça é prestigiada pelos artistas e pela alta tecnologia, a nossa fruta, concentrado de tomate, saladas, levam longe o nome do nosso país. Os agricultores mais velhos gostam, mas desconfiam, os mais novos tentam a sorte por caminhos que em muitos casos estariam longe dos seus sonhos, mas que em muitos casos os realizam profissional e humanamente experiências fascinantes que só o mundo rural, a natureza e o prazer de produzir utilidade podem proporcionar, conjugaram-se várias circunstâncias favoráveis à agricultura para que isso tenha acontecido, a insegurança alimentar valorizou a sobrevivência e o mundo emocionou-se com a fome, no nosso caso o consumismo desordenado irracional, resultado de enriquecimento súbito que agora se revela fatal gerou importações desregradas e muitas vezes desnecessárias em tudo parecia ilimitado, ao ponto de muitas crianças julgarem que o leite, a carne, a fruta e os legumes fossem produzidos nos supermercados, o rural e o campo foram sinónimos de atrasos, de pobreza e de passado de que todos pareciam querer fugir alimentados com estereótipos urbanos de felicidade aparente e efémera. A nossa consciência coletiva acordou, hoje tudo é diferente, no meio da crise que nos consome os agricultores chegam a parecer os heróis do nosso tempo. Mas será fácil ser-se agricultor? Como parece acreditar uma grande parte da sociedade urbana? É óbvio que não. Ser agricultor é muitas vezes resistir, resistir às adversidades mais frequentes e maiores do que na maioria das outras profissões; saber controlar emoções quando as culturas se perdem, ou morrem os animais depois de meses e até anos de trabalho e de dedicação, é saber como passar noites sem vontade de dormir, como aguentar a burocracia desesperante, saber como muitas vezes sem dinheiro pagar impostos, seguros, salários, segurança social e contas de todo o tipo, ser agricultor hoje é também ser profissional, ter vontade de aprender, saber biologia, química, matemática, mecânica, economia e gestão e saber outras línguas, informática, estudar, informar-se, associar-se,

vijar, ser curioso, relacionar-se, saber vender e saber comprar. É por tudo isto que este Executivo tudo fará para mudar o paradigma em que nos encontramos, não será fácil, porque ser agricultor, é também vocação e sorte, é escolher uma profissão que dá sentido à vida, que dá prazer, liberdade e independência, nem sempre independência financeira, mas quase sempre, independência de carácter, um carácter moldado com a ajuda da natureza, com a brisa das manhãs, com o cheiro a terra, com os pôr-do-sol que surgiram, que suavizam a vida dura dos campos e são gratuitamente o alento suficiente para enfrentar o difícil dia a dia dos agricultores, ser-se agricultor está longe de ser fácil e mais longe ainda da facilidade que os não agricultores julgam associado a esta profissão, por saber das dificuldades e ter conhecimento da causa este Executivo, de todos os Mogadourenses, mas eleito pelo PS, criou condições e continuará a criá-las para poder responder claramente, diz-me o que pretendes, dir-te-ei o que te posso dar”. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “é meu hábito fazer, desde que intervenho nesta Assembleia uma retrospectiva das comemorações do 25 de abril em Mogadouro; queria felicitar o Senhor Presidente da Assembleia e penso que também o Executivo Municipal, porque entendo que as deste ano correram extraordinariamente bem, no aspeto de diversão, de lazer, foi boa a atuação musical de elementos da terra e no dia seguinte aquando da sessão solene foi muito proveitoso o recital de poesia que nos deram jovens da nossa terra. Isto para além do mais prova que com prata da casa e com pouco dinheiro se podem fazer coisas boas, assim haja vontade de continuar a apoiar esta gente. Tive oportunidade de falar com alguns intervenientes e devo dizer que lhes manifestei o meu agrado. Aqueles a quem o não fiz pessoalmente, aqui o quero fazer publicamente e repetir àqueles a quem o fiz pessoalmente, achei que de todas as comemorações a que assisti até hoje a de melhor nível geral de intervenções a que se realizou no dia 25 próximo passado. Um pequeno comentário a uma intervenção do Senhor Primeiro Secretário da Mesa em representação do Senhor Presidente da Mesa. O Senhor Secretário da Mesa é pessoa que conhece bem o Concelho e é pessoa que tem humildade de recolher junto do público ensinamentos que tem transcrito e tem comunicado, do conhecimento público, são patentes, ao que me dizem, uma coisa que eu domino mal e que raramente vejo que é a internet e também publicações que eu estou habituado a manusear e que gosto mais do cheiro da tinta e do tato do papel; Senhor Secretário em dada altura afirmou que dado o desânimo que se nota na sociedade atual, o que é verdade, é facilmente verificável no meio da rua a descrença das pessoas provocada pelas políticas que temos tido, é um facto, e o Senhor Secretário da Mesa fez o contraponto dizendo que havia saudosistas do passado. Pois Senhor Secretário, eu também contato e procuro contactar com toda a gente e o que

tenho ouvido de muitos é que não é necessário voltar ao passado, se calhar era necessário voltar a fazer outro abril. Isso é que seria importante. Já não digo um abril de guerra, um abril de armas, um abril de tanques nas ruas, mas um abril na consciência de todos nós para que tomássemos consciência de que abril não está a ser cumprido, e isso é que deveria ser a base para a nossa atuação no futuro. É por isso meus caros jovens da escola aqui presentes que vos auguro um futuro melhor do que aquele que temos estado a construir, para vós. Que o desemprego não vos caia em cima, todas as facilidades da vida, só haverá esperança se lutarmos por ela, a esperança não cai do céu, se todos lutarmos talvez vocês venham a ter um futuro melhor e é isso que eu vos desejo. -----

-----Uma nota de otimismo, felicitar o Senhor Presidente e a Mesa da Assembleia, o Executivo, pelas remodelações que aqui fez, lutava-se por elas há uma ou duas legislaturas, ainda bem que foram agora concretizadas, foi bom que assim acontecesse. Quanto ao facto de haver, ou não haver distorções intencionais, eu não chego a esse ponto, mas que acontecem muitas vezes, acontecem e isto faz-me lembrar um ditado chinês que diz assim, a propósito das corridas de cavalos, *se um cavalo ganha uma corrida, sorte do cavalo, o mesmo cavalo ganha a segunda corrida, azar dos outros cavalos, o mesmo cavalo ganha a terceira corrida, é caso para dizer, apostem no cavalo, que o cavalo é bom* ". -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “quero antes de mais felicitar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pela comemorações do 41º aniversário do 25 de abril, pela qualidade que as mesmas tiveram, por aquilo que de facto se fez com qualidade, mesmo com a prata da casa, evidentemente não me vou pronunciar sobre os discursos porque isso seria estar a meter a foice em seara alheia, ou seja, também fui interveniente, como tal não faço apreciação. Também queria de facto dizer ao Deputado engenheiro Altino que apreciei e de que maneira a narrativa que aqui fez à agricultura e aos agricultores portugueses, porque de facto hoje começa a ser uma classe prestigiada e com prestígio que produz e que ajuda a nossa economia a desenvolver-se. Vou agora aos assuntos que têm mais a ver com este ponto da ordem de trabalhos, Tratamento de assuntos Gerais de Interesse Autárquico, ponto 1.4 dos assuntos de antes da ordem do dia, Senhor Vice-presidente da Câmara, hoje em representação do Senhor Presidente, permita-me que no desempenho do cargo de membro da Assembleia Municipal, órgão fiscalizador do exercício da Câmara Municipal lhe coloque algumas questões que gostávamos de ver aqui esclarecidas porquanto em relação às mesmas temos algumas dúvidas que se nos impõe, assim vou com a devida calma e com a devida ponderação colocando as questões que gostaríamos depois de ver respondidas, durante largos anos habituámo-nos a ver a unidade móvel de saúde local ser conduzida por um funcionário do quadro desta autarquia, penso que

destacado para o efeito, portanto prova desde logo uma concertação desejável e boa entre o Município e uma outra entidade responsável pelos serviços de saúde, todos temos conhecimento de que sobre o mesmo e sobre o seu desempenho do cargo nunca se verificou qualquer queixa, tendo também conhecimento de que o terá feito com a eficiência necessária e desejável. Perguntamos então por que razão, ou que razão assistiu para o mesmo, perante a mudança de cor política da Câmara Municipal ter deixado de desempenhar aquelas funções? Gostaríamos que nos explicassem qual o motivo que conduziu a esta substituição daquele funcionário naquelas funções. -----

-----Avançamos agora para um outro assunto nestes termos, numa das atas de reunião do Executivo registasse a dada altura uma intervenção do Senhor Presidente da ACEITTA, que também felicito pela extraordinária intervenção nas comemorações do 25 de abril, não o Senhor Presidente, mas o trabalho do grupo da ACEITTA e as palavras que estão registadas em ata são estas: *não foi cumprido da nossa parte o protocolo que assinámos com o Município*, portanto não foi cumprido um protocolo que envolve verbas, protocolo esse assinado pelo Município, sendo assim Senhor Vice-presidente quando não é cumprido um protocolo que envolve verbas, neste caso o não cumprimento por parte daquela entidade. Perguntamos: Não deverá o Município exigir àquela entidade a devolução das verbas que lhes foram pagas pelo não cumprimento desse protocolo? Penso que será legítimo que coloquemos as questões nestes termos. Uma outra questão tem a ver com a construção de um passeio na Avenida de Salamanca, desde já colocamos esta questão relativamente a esta obra e a outras obras, das quais iremos falar, por quanto também temos dúvidas em relação à forma como a Câmara procedeu para que a obra fosse concretizada. É evidente que as obras são necessárias, fazem falta e esta também evidentemente faz falta, não é contra as obras que nós aqui nos colocamos. Aquela obra foi executada pela empresa Ernesto Vieira Lopes pelo valor final de seis mil, cento e quarenta e oito euros e nove cêntimos. Senhor Vice-presidente, pela natureza e analisados os elementos que tenho comigo, a natureza dos serviços que foram envolvidos na execução da obra, parece-nos que a mesma configuraria objetivamente uma empreitada, no entanto ela não foi executada como empreitada, mas como uma prestação de serviço por parte do Município. Aqui coloca-se a questão no seguimento desta não empreitada e no âmbito da mesma, coloca-se a questão: Qual a proveniência dos materiais para a execução da obra? Levantamos esta questão em relação a esta obra como iremos levantar em relação a outras, porquanto a questão da execução como prestação de serviços porque nos termos da Lei da contratação pública torna-se obrigatória a execução como empreitada quando mais de 50% dos valores em causa são serviços, e a obra foi executada como serviços e não como empreitada, o que quer dizer

7?  
Per

que quando a obra dos contratos públicos diz que se torna obrigatória como empreitada quando mais de 50% do valor da obra é custo de serviços. -----  
-----A mesma situação envolve a rede de abastecimento de água e rede de saneamento no lugar de Mogadouro Gare, no valor de vinte e três mil e um euros, revestindo também pela natureza dos documentos que aqui temos a natureza de empreitada, executada também pela Câmara Municipal, pela empresa Ernesto Vieira, como prestação de serviços. Também é uma questão que deveria ter sido uma empreitada e não uma prestação de serviços, também obrigatório pela mesma razão dos custos envolvidos. A mesma questão: Qual a proveniência dos materiais para a sua execução? ---  
-----Relativamente à execução do projeto e obra da Casa Mortuária de Mogadouro, assunto que aqui trazemos e em relação ao qual nos foi hoje entregue uma informação dos Serviços da Câmara Municipal, na qual se regista que há uma declaração do Cónego Dino Parra, na qual se declara que o concelho da Fábrica da Igreja de Mogadouro, autoriza o Município de Mogadouro a construir a Casa Mortuária no prédio urbano inscrito na matriz sob o número tal, tal, ora bom, Senhor Vice-presidente da Câmara, relativamente a esta obra continuamos a questionar: Não será gestão danosa para o Município, anular um procedimento de concurso público em fase de conclusão e de imediato gastar doze mil euros mais IVA para a execução de um novo projeto para a execução desta obra? Foi, ou não, esta obra executada pela Câmara Municipal em terreno que é da igreja? Relativamente a esta questão coloco a legitimidade desta construção em terreno da igreja porque de facto entendemos que esta declaração só por si não tem valor suficiente para que seja de outra forma, portanto a legitimidade continua a questionar-se. Foi, ou não, adjudicada por ajuste direto no valor de cento e quarenta e nove mil, cento e noventa e seis euros e oitenta cêntimos quando se justificava outra modalidade de procedimento que não o ajuste direto? Outra pergunta que dirigimos ao Senhor Vice-presidente, ao Executivo é a seguinte: A Câmara Municipal de Mogadouro, Senhor Vice-presidente, aprovou e procedeu, ou não, à elaboração de um projeto de um anexo na garagem paroquial de Mogadouro? Se sim, perguntamos, que legalidade tem este ato de gestão quando assume uma despesa com um projeto para uma entidade exterior à Câmara Municipal? Serviço executado fora das competências da Câmara, não nos parece que haja grande legitimidade neste procedimento. -----  
-----Ainda o projeto de requalificação da fonte do Centro de Saúde com o valor base de trinta e oito mil e quinhentos euros, Senhor Vice-presidente trata-se mais uma vez pela natureza dos trabalhos de uma empreitada executada como prestação de serviços e a questão que colocamos é esta: foi, ou não, fracionada a despesa, para evitar contrato escrito, foi, ou não, adquirido o equipamento da fonte através do armazém do Município? São as questões que deixamos. -----

-----Relativamente à requalificação do Parque Infantil do Bairro São Sebastião no valor de cento e dez mil euros, empreitada com convite à empresa Pavipul Unipessoal, relativamente a esta empreitada trata-se de uma obra que todos sabemos, foi sofrendo ao longo da sua execução algumas alterações, ao longo do processo de execução, portanto houve essa necessidade, entendeu-se e a mesma foi sendo durante a sua execução alterada, alterado portanto aquilo que havia para fazer, a pergunta que colocamos à Câmara Municipal é a seguinte: esta obra foi, ou não concluída antes da sua contratualização? Ou seja, o contrato foi, ou não assinado depois de terminada a obra? É que de acordo com a informação de que dispomos a obra foi concluída e aberta ao público na última semana do mês de agosto de 2014 e o contrato foi assinado no dia 10 de setembro de 2014 e consignado no dia seguinte. Ora bom, a mesma situação ou situação idêntica se verificará no ajuste direto da obra da recuperação ambiental da Ribeira do Juncal, uma obra que pelos vistos vai já com duzentos e tal dias de atraso na sua execução, foi ou não, esta obra executada antes de ser adjudicada? O despacho de adjudicação é de 16 de abril de 2015, e portanto, sendo assim ela não podia ter sido executada em 7 dias. -----

-----Queria também ainda Senhor Vice-presidente colocar aqui a questão que tem a ver com a instalação da antena de replicação de sinal da Vodafone em Vila de Ala e faço-o atendendo à resposta que o Senhor Vice-presidente aqui deu quando o Senhor Presidente da Junta de Vila de Ala lhe colocou aqui a questão relativamente a este assunto, ora o Senhor Vice-presidente afirmou que no respeitante à colocação daquela antena da Vodafone na aldeia de Vila de Ala se limitou a dar despacho ao único pedido que deu entrada na Câmara para a instalação daquele equipamento, não tendo dado entrada qualquer outro pedido para a dita instalação, sendo assim de facto limitou-se a despachar aquele pedido. Ora inferimos Senhor Vice-presidente que o Senhor despachou favoravelmente o único pedido que lhe foi apresentado, e é aqui que nós colocamos a questão, é no deferimento afirmativo, autorizando a instalação daquele equipamento, e é aqui que nós recentramos a nossa questão, é no seu despacho favorável, não é no despacho ao único pedido que foi apresentado, é no despacho favorável que deu àquele pedido, para nós a questão não é se o terreno é de privados, ou se é da Junta de Freguesia, se é de algum parente ou filho de alguém que trabalha para a Vodafone e com a Vodafone, para nós e para a população de Vila de Ala, que está muito zangada com este processo, a questão é outra, é que o Senhor Vice-presidente da Câmara não devia ter despachado favoravelmente o pedido, precisamente pela localização do terreno dentro da localidade. E aqui coloco duas questões: Onde está o parecer da direção do Parque do Douro Internacional? Porquanto que tem um regulamento, eu não sei se é exigido para a instalação daquele equipamento, por outro lado, foi, ou não ouvida a população? A população

de Vila de Ala sabemos nós que está de facto muito zangada, e tem razão, porque instalar aquela antena dentro da localidade com todas as consequências nefastas que isso tem para as gentes de Vila de Ala, desde o ponto de vista urbanístico, ao ponto de vista da saúde das pessoas. E aqui coloco também a questão do PDM, se de facto foi respeitado, ou não o PDM que diz respeito às delimitações da área urbanística daquela localidade? Se o mesmo permite a instalação daquele equipamento? Porque há Planos Directores Municipais e Municípios onde tal nem é possível colocar a questão. Eu penso Senhor Vice-presidente que deveria ter refletido, pensado, analisado e ponderado acerca do despacho a dar àquele pedido, ter ponderado se o lugar em causa não levantaria este tipo de questões. Questionamos mesmo se teve o parecer dos serviços do Parque Natural do Douro Internacional? E se o mesmo lhes foi solicitado? Bem como a respetiva autorização de que pensamos carecer este processo e se de facto esteve atento ao PDM?”. -----

► **JOSÉ BRANCO** usou da palavra e disse: “Senhor Vice-presidente, gostaria de saber qual é a ligação do Município com a Associação LEQUE e quais são os seus objetivos? Gostaria que informasse também esta Assembleia quanto gasta por mês o Município ao ser sócio da Associação LEQUE. Quantas pessoas emprega esta filial em Mogadouro? Quem paga às funcionárias? Quem são as funcionárias? E quais foram os critérios de seleção das mesmas? Em relação à Associação LEQUE a sede é em Alfândega da Fé e por o dossier que eu tenho aqui, tem uma filial em Mogadouro e em Mirandela. -----

-----Em relação à Associação ACEITTA, queria saber qual é o ponto da situação do protocolo neste momento. Gostaria também de saber qual foi o critério que o Município teve para atribuir o ano passado um subsídio de vinte e cinco mil euros e consta-se na vila de Mogadouro que em 2014 dois dos seus elementos se ausentaram do país depois de algumas festas e ficaram algumas contas da associação por liquidar. Tratando-se de uma Associação como tantas outras que existem no concelho como explica o Senhor Presidente ou a Vereação uma diferença tão abismal de verbas dadas a esta Associação, porque a nível de atividades para a comunidade poucas foram realizadas, tirando a intervenção na Assembleia do 25 de abril deste ano e ano passado a única coisa que fizeram foram festas, mas como já estamos habituados é mais uma ”.-----

► **ANTÓNIO GONÇALVES** usou da palavra e disse: “eu hoje venho fazer um pedido à Câmara Municipal, que promova ou peça um estudo à Direção Geral de Saúde, ou a outras entidades sobre o problema do cancro no nosso concelho. Em Urrós nos últimos dois anos morreu quase uma dezena de jovens, há neste momento mais de vinte casos de pessoas vivas, isto só em Urrós, portanto é de toda a conveniência que numa população daquelas, eu penso que no Concelho de Mogadouro será uma situação

semelhante que façam um estudo sobre este problema, em Urrós atribui-se às linhas de alta tensão, ou de muita alta tensão, atribui-se às águas, atribui-se aos telhados de lusalite das salas de ordenha onde a maior parte da população entrava, atribui-se a muitas outras coisas, a causa ninguém a sabe, portanto eu pedia à Câmara que pedisse um estudo sobre este problema porque aquilo que se passa em Urrós passa-se no Concelho de Mogadouro, penso eu”. -----

► **ANTERO NETO** usou da palavra e disse: “reforço também a sugestão do senhor António Gonçalves. -----

-----Em relação à referência que fez o senhor Ilídio Martins, eu de facto é aquilo que sinto e às vezes até ouço isto, que é mais chocante: faz falta um Salazar em cada freguesia. Isto ouve-se a todo o momento e outra coisa que eu tenho notado no facebook é que aparece muito agora a replicação da reforma do Salazar, que é indicado como exemplo de homem austero, que vivia com pouco e que era um grande chefe de governo. -----

-----O senhor Ilídio Martins em mandatos anteriores fazia aqui um exercício em que fazia coincidir cronologicamente a quebra demográfica do concelho de Mogadouro com os mandatos do PSD. Agora eu trago aqui números que coincidem cronologicamente com o mandato do PS e que eu li no Jornal de Notícias de 30 de dezembro de 2014. Podem dizer que isto já tem uns meses, e é verdade, mas eu tenho por hábito quando compro o jornal de o ler de assentada e depois vou ler algumas coisas com mais pormenor e saltou-me esta que a nível da região norte fala dos concelhos que são mais causticados pelo desemprego e reparem que aparece aqui Vieira do Minho, que por coincidência é a terra da minha mulher, logo por azar, com 14,1 à frente e depois Mogadouro, com 12,6%. Isto é preocupante e aquilo que eu questiono a Câmara é se não estará relacionado com a quebra de alguma dinâmica que tem existido no nosso concelho, nomeadamente com a quebra de construção, a anulação de alguns projetos, etc. Deixo esta questão no ar, embora eu não vá ao ponto, nem queira afirmar que isto é da responsabilidade inteira da Câmara, como é óbvio, do governo também, porque nós também somos afetados com as políticas a nível central. Mas de qualquer das formas a questão que eu deixo no ar é se haverá aqui uma mera coincidência temporal, uma mera coincidência cronológica, ou se isto está diretamente relacionado com algum marasmo em que o concelho caiu nestes últimos tempos. -----

-----Outra questão que eu trago aqui tem a ver com algumas intervenções do Município a nível das freguesias, nomeadamente chegou-me ao conhecimento que ali em Ventozelo houve uma intervenção do Município num caminho, quando nós sabemos que por Lei essa competência é da exclusividade das freguesias. Gostava que estivesse hoje aqui presente o Senhor Presidente da União de Freguesias de Vilarinho e Ventozelo, mas infelizmente por razões de saúde não pode estar, porque foi a Bragança a

um tratamento, para que ele confirmasse isto, mas eu coloco a questão do porquê desta intervenção do Município num caminho em Ventozelo. Além disso também há aqui outra questão que se prende com uma informação que me chegou: o gráfico correspondente ou respeitante à colocação de pontos luz tem aumentado grandemente desde que este Executivo está em funções, quando a prática anterior vinha no sentido de redução. Muito embora nós não sejamos contra a colocação de pontos luz, isso terá que ser sempre negociado com as Juntas de Freguesia, mas não deixa de ser preocupante, porque o aumento dos pontos de luz também vai criar o aumento da fatura energética no concelho de Mogadouro. Eu pergunto qual é o critério, ou se tem havido algum critério para a colocação, ou para o aumento brutal e já agora gostava de ter acesso a números concretos. Isto é uma informação que eu tenho, mas muito pela rama. Gostava de ter acesso a números concretos para saber se efetivamente existiu este aumento e quais as razões que presidem a este aumento de colocação de pontos luz". -

► **VICE-PRESIDENTE** usou da palavra e disse: “vou responder em primeira mão, obviamente, às solicitações do Professor José Maria, primeira questão, motorista da unidade móvel de saúde, à imagem de outros colaboradores da Câmara, entendemos, é um direito nosso, de quem gere, adaptá-los, ou mudá-los de serviço em função daquilo que nos parece a nós que serve os interesses do Município, portanto não é um caso isolado, houve alguma remodelação, é normal quando um Executivo entra, que entenda que determinados lugares possam ser alterados com o objetivo de melhorar, esse é o resultado, se há melhoras, ou não, sabe-se no final. -----

----Protocolo com a ACEITTA, efetivamente havia um erro na elaboração da ata e dizia lá que o protocolo não tinha sido cumprido, já foi retificado nesta última assembleia de Câmara, não foi cumprido na totalidade, porque em alguns aspetos foi cumprido, aliás essa Associação continua a prestar serviços ao Município, ainda no último 25 de abril isso aconteceu, não obstante obviamente todos nós temos a noção de que eles poderiam ter feito mais e se calhar melhor, mas o acordo foi feito por doze meses, ao final desses doze meses como qualquer um é avaliado e será renovado se valer a pena, ou não, não valendo a pena. -----

-----Passeios da Avenida de Salamanca e água na estação de Mogadouro, o caso é similar, eu vou tratar os dois da mesma forma que é muito simples, dentro da legalidade o Município entende como deve gerir a questão das obras, aquilo que nós fizemos foi contratar mão-de-obra, os materiais eram nossos (Câmara) saíram através do nosso armazém e a Câmara porque no momento não tinha disponibilidade das suas equipas e porventura até o know-how não seria muito grande entendeu contratar uma empresa do concelho, isto também já vai respondendo ao que diz o nosso amigo Antero, do concelho porque cria postos de trabalho, porque fixa pessoas, adjudicou-lhe uma obra, nós damos o material, contratamos uma empresa

do concelho para a fazer, penso que não haverá qualquer dúvida sobre isso.  
-----Relativamente à Casa Mortuária usou aqui uma expressão: *gestão danosa*, Professor José Maria e Excelentíssimos Membros era importante que as pessoas de uma vez por todas percebessem isto, havia um projeto de uma Casa Mortuária que estava orçamentado em quinhentos mil euros, pagos a cem por cento pelo Município, sem qualquer participação, construímos uma nova Casa Mortuária por cento e cinquenta mil euros, onde está a gestão danosa? -----

-----Polidesportivo de São Sebastião, é verdade que foi aberto ao público no período de verão, o que não significa que esteja concluído, aliás penso que será sabedor, mas se não é, admito que o agrupamento não lhe tenha dito, ele ainda nem sequer foi concluído e só vai ser inaugurado no dia 1 de junho, falta-lhe fazer um mural que é o Agrupamento de Escolas que o está a fazer e falta concluir a rede em cima, não foi concluído antes, como alguém lhe transmitiu a si, antes do processo, é verdade que foi aberto porque entendemos que a parte do relvado já poderia ser aproveitado e como era verão porque é que as crianças não haviam de aproveitar, aliás, honra seja feita é o parque com mais ocupação neste momento, eu durmo muito descansado em relação a isso. -----

-----Antena da Vodafone de Vila de Ala, eu percebo o que se passou com Vila de Ala e lamento, também já o disse aqui, a Junta de Freguesia teria um acordo com a Vodafone sobre um determinado terreno, eu já percebi que a Vodafone entre aspas, passou a perna à Junta, não fez caso da Junta, lamento profundamente, mas há uma coisa que é certa Professor José Maria, e isto devia saber, o Parque Natural não interfere dentro da malha urbana, logo não carece de nenhum parecer do Parque Natural; segunda questão, o parecer favorável que dei, dei-o eu e dava-o qualquer Vereador que tivesse competências para tal, sabe porquê? Porque não se dá um despacho sem o parecer favorável do Técnico, se o responsável de urbanismo desta Câmara, dá um parecer favorável a um pedido que entra nesta Câmara, portanto cronologicamente, entra um pedido nesta Câmara, a Câmara não sabe se há algum negócio, entre aspas, ou uma intenção com outro terreno da Junta de Freguesia e entra um pedido de uma determinada empresa para colmatar uma lacuna, a verdade é esta, a Vodafone tem fraca rede no concelho de Mogadouro, a Câmara tem que analisar o pedido, se é legal, se cumpre os requisitos necessários, aprovar se o parecer técnico for nesse sentido, mas pode-se levantar a questão ao contrário, era o que faltava, um técnico da Câmara dar um parecer favorável e vir um Vereador e dizer: o que você diz não presta para nada, eu não quero que se faça e acabou, acha correto? Se aconteceu, não devia ter acontecido. -----

-----Quanto ao Professor Gonçalves e também porque já mais pessoas levantaram essa questão, realmente começa a ser pertinente esse estudo, eu da minha parte tudo farei para que se faça pelo menos um estudo à água e

ao ar; a gente tem essa noção por causa do transporte oncológico que damos aos nossos Municípios, como toda a gente sabe e todos os dias o carro sai para o Porto, portanto alguma coisa está mal, eu sou a primeira pessoa a concordar que temos que saber o que é que se passa, eu prometo que esse estudo vai ser feito. -----

-----Meu caro amigo Antero taxa de desemprego elevada, é verdade, eu em 2013 antes de entrar em campanha eleitoral, não o disse, escrevi, que a taxa de desemprego de Mogadouro era das mais altas do norte, isto só para dizer uma coisa, a Câmara pode ajudar, é parte da solução, mas não compete exclusivamente à Câmara resolver esse problema, no entanto há por aí algumas pessoas que tanto falam nos ajustes diretos, eu vou citar aqui um colega meu da vereação, ele não me leva a mal por não estar presente, mas uma vez o meu colega João Henriques disse uma coisa muito certa, e é verdade, *cada cêntimo investido no concelho de Mogadouro são postos de trabalho e é riqueza que fica no concelho de Mogadouro*, portanto os ajustes diretos que a gente faz, legais, são feitos a empresas de Mogadouro, há aqui casos nesta sala que podem comprovar aquilo que eu estou a dizer”. -----

► **JOANA SILVA** usou da palavra e disse: “quanto à questão sobre a Associação de Pais e Amigos de Crianças com Necessidades Especiais, levantada, foi celebrado um protocolo, a Câmara não é associada, é parceira, em reunião de 27 de janeiro de 2015 foi aprovado o protocolo por unanimidade no Executivo Camarário, esse protocolo com certeza está ao vosso alcance e está nas certidões das atas que vos foram distribuídas, onde estão todas as condições, obrigações e parcerias a celebrar com esta Associação, muito falam por a Associação ser de Alfândega da Fé, ter sede em Alfândega da Fé, é verdade, agora eu pergunto, o que é bom devemos aproveitar? Devemos aprender? Ou devemos recusar? Podia ser o Município realmente sozinho a dar a resposta, só que muito sinceramente e pessoalmente, estamos a trabalhar com pessoas com necessidades especiais, com uma população fragilizada e não é qualquer pessoa que não tenha know-how, que não tenha experiência que está prontamente para trabalhar com essas pessoas, a mim não me repugna aprender com os outros, não é ir buscar, esqueçam as políticas, esqueçam os partidos, esqueçam as fronteiras, vamos aprender, vamos buscar o que é bom. -----

-----Quanto à seleção das pessoas, posso dizer que são pessoas essencialmente de Mogadouro, é o critério principal, como já foi em outros contratos celebrados cá, temos o caso da GLDS+ onde a Câmara é parceira, qual foi o critério? Pessoas de Mogadouro com certeza, mais uma vez foi esse o critério”. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “duas notas suscitadas pela intervenção do Senhor Secretário da Mesa Antero Neto, eu de facto fiz aqui críticas acesas, baseado em dados dos censos da altura, portanto os censos

de 2011 e foi pelo Senhor Presidente do Executivo de então, Dr. Moraes Machado, feita uma relação que causa efeito, das minhas palavras entendeu ele, que não entendi eu, entendeu ele, que ele, ou o Executivo dele é que eram a causa da queda demográfica em Mogadouro, Senhor Deputado Antero Neto não queira comparar realidades distintas, eu não comparei demografia com emprego. O Senhor Deputado utiliza dados do Instituto Nacional de Estatística para o emprego, eu utilizei dados demográficos das entidades responsáveis pelos censos para verificar o decréscimo demográfico e isso não tem contestação, é chegar ao registo civil e perguntar quantos registos de óbitos tem e quantos registos de nascimento tem, faz a diferença e vê, ao passo que os dados do Serviço Nacional de Estatística que o Senhor aqui citou relativamente a 2014 levantam a toda a gente sérias dúvidas de honorabilidade e de honestidade porque este Governo como é reconhecido internacionalmente mais não tem feito do que manipular estatísticas para através de cursos de formação e figuras jurídicas cujo nome eu ignoro, mas servem para enganar o Zé pagante têm feito manipulação constante da estatística para provar que o desemprego é menor do que aquilo que na realidade é, eu limitei-me a debitar aqui dados demográficos que não foram combatidos por ninguém, e a minha fonte, por estranho que pareça, foi também o jornal de notícias de que recortei uma página, portanto para bem da sua terra adotiva e da sua terra de naturalidade, espero bem, Senhor Deputado Antero Neto, que o emprego aumente, mas não faça comparações de situações que não são comparáveis e cujas fontes são distintas, uma que oferece credibilidade e outra que a não oferece porque é manipulada por este governo. -----

-----Dado este esclarecimento, eu queria só fazer uma resenha rápida do que aqui se passou, gostei muito das respostas diretas, dadas pelo Senhor Vice-presidente e pela Senhora Vereador Joana Vicente, às perguntas que foram feitas, é assim mesmo que o Executivo deve atuar, recebe as perguntas, se tiver elementos responde logo, se não tiver, ou responde por escrito aos Senhores Deputados que as fizeram através do Senhor Presidente da Mesa, ou na próxima sessão responde, mas tem de responder, ainda bem que o fizeram, da parte dos perguntadores, francamente, eu depois de ler os jornais da paróquia no último ano e meio julguei que destas mudanças todas houvesse uma oposição aguerrida e distinta, oposição continua como sempre foi desde o principio deste mandato, esta oposição é o que é ”. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “a oposição é o que é, uma oposição responsável, atenta, que não vota contra só por votar, que se tem absterido relativamente a assuntos que entendemos que até deveríamos votar contra, mas que damos algum benefício da dúvida, iremos já de imediato avaliar as contas de gerência e de facto se fossemos uma oposição à sua maneira estaríamos contra tudo e contra todos e votaríamos tudo

contra só para sermos oposição, mas não é por aí que vamos, nós somos a oposição que somos e estamos aqui para e pelo Município, pelas grandes causas e por aquilo que nos preocupa para que de facto o Município tenha aquilo que tem direito a ter, nomeadamente esta questão do desemprego, que é preocupante para todos e que o Senhor Depurado referiu aqui que os dados com que se serviu o Deputado Antero Neto serem uma manipulação e por tanto valem o que valem porque são dados da comunicação social, sejam manipulados ou não, seja manipulação ou não pela parte da comunicação social, ou pelos governos que lançam estes números cá para fora, o que é certo é que o desemprego, não só neste concelho, como neste país é aquilo que é, é preocupante, serão raras as famílias deste país que não têm um filho a trabalhar neste momento lá fora no estrangeiro, isto de facto cá dentro somos um país de licenciados e não há lugar para todos e é preciso toda a gente pôr-se a andar e desenrascar-se, ora bem, mas o problema é que esta manipulação por parte dos governos, esta matéria, se alguém há que foi mestre foi o PS, de facto os governos do PS foram mestres nesta habilidade de manipulação dos dados do desemprego arranjando de facto formação, as pessoas frequentam sete, oito e nove cursos de formação, para não estarem no desemprego, estão ocupados, deixam de fazer parte do número, e de facto o PSD aprendeu com o PS, mas aprendeu mal, porque não sabe manipular como de facto outros manipularam em tempos. -----

-----Senhor Vice-presidente da Câmara, relativamente às questões que lhe coloquei, a primeira questão do motorista, na sua resposta entendemos nós que os objetivos que levaram à troca de motorista foram melhorar aquele serviço, nós acabamos por não entender o que é que pretende melhorar, porque eu pergunto se foi feita alguma avaliação, e se houve alguma avaliação que avaliação foi feita, é que só se pode melhorar um serviço quando de facto temos uma avaliação que aponta aspetos negativos desse desempenho, dessa tarefa. -----

-----Quanto ao protocolo o Senhor Vice-presidente referiu que de facto tinha havido um erro e que esse erro já tinha sido corrigido em ata, que de facto *não foi cumprido*, não era bem isso, o que deveria constar em ata é que *não teria sido cumprido na totalidade*, ora se não foi cumprido na totalidade, não foi cumprido, e se não foi cumprido a questão que nós lhe colocamos mantem-se, ou seja, deverá, ou não haver lugar à devolução de dinheiros, de verbas pelo não cumprimento de um protocolo? Porque se eu não cumprir um contrato qualquer seja com quem for eu sei que a seguir tenho que ressarcir a quem de direito.-----

-----Relativamente àquelas empreitadas que eu aqui referi, disse que tudo foi feito na legalidade, mas nós continuamos a perguntar onde fica a legalidade quando os valores dessas obras, os valores envolvidos pelos trabalhos que foram contratualizados são superiores, muito superiores, a

mão-de-obra é muito superior, no valor total da obra a 50% do que a Lei exige, para que a obra não seja executada como prestação de serviços, mas como empreitada? Portanto se a Lei diz e obriga, se os valores que nós temos dos trabalhos que foram feitos são superiores ao valor total, não sei se haverá aqui o tal cumprimento da Lei que o Senhor Vice-presidente falou. -----

-----Relativamente à antena da Vodafone, de facto deu a resposta que deu, o ónus político do deferimento, do despacho favorável à instalação é sempre de quem despacha, o Técnico deu o seu parecer, não sei se o parecer é todo ele revestido de legalidade, uma vez que se levanta a questão do PDM, ele está dentro da aldeia, se não tem o Parque Natural que ver com esta questão porque está dentro do perímetro urbano, pois muito bem, o que é certo, é que a população de Vila de Ala não vê com bons olhos a construção daquela Tour Eiffel, aquele fantasma dentro da aldeia porque tem muito medo, e aqui foi falado da questão de Urrós, da incidência de cancro assustador naquela localidade, amanhã ou passado são as populações de Vila de Ala a ter o mesmo problema, porque há ali afloramentos graníticos e todos nós sabemos o que significa o granito nesta questão das radiações, instalar uma antena dentro da localidade não foi de facto a melhor opção, e as pessoas de Vila de Ala estão muito preocupadas com isso, portanto não nos parece que tenha sido uma boa opção e as pessoas de Vila de Ala insistem que estão muito zangadas. -----

-----Quanto à resposta da Senhora Vereadora Joana, eu aqui na última reunião da Assembleia Municipal felicitei-a por ter contratualizado a LEQUE para desenvolver no concelho de Mogadouro um projeto de apoio a pessoas com deficiências, com problemas da natureza que vem a envolver e entendemos, continuamos a entender, mas esta é a minha perspetiva pessoal que de facto ou a LEQUE, ou uma instituição qualquer daquela natureza criada em Mogadouro faria todo o sentido, como a LEQUE faz todo o sentido, agora o que nós não aceitamos e não entendemos e concordando consigo que de facto desta forma, trabalhando com a LEQUE, estamos a trabalhar com pessoas que têm know-how, trabalhar com pessoas que sabem, são Técnicos altamente especializados, esperamos que de facto não venha a ser um lugar para Jobs for de boys, ou seja colocar lá gente que não tem know-how nenhum, o único know-how que tem é ter apoiado o PS no seu percurso para a conquista do poder na autarquia, porque se assim for será muito mau, aquilo que nós desejamos é que a LEQUE faça um bom serviço no concelho de Mogadouro e que as pessoas que venham ocupar lá os lugares sejam de facto as melhores, as mais credenciadas e as mais habilitadas para o efeito, preocupa-nos esta questão relativamente a esse aspeto porque sabemos que as populações merecem e esperamos que seja desenvolvido um bom trabalho com quem tem essas competências”. -----

► **VICE-PRESIDENTE** usou da palavra e disse: “muito rápido para que

não fiquem dúvidas no ar, a pior coisa que pode acontecer é ficarem dúvidas no ar, não é isso que se pretende, relativamente ao motorista, professor José Maria permita que lhe diga o seguinte, o senhor diz que o serviço era bem prestado, não tenho dúvidas disso, mas há uma coisa que as pessoas não sabem, é que até há seis meses atrás não havia nenhum registo das viagens que fazia, quando fazia e a que horas fazia, há seis meses para cá, exigimos, nós, Santa Casa, exigimos ao Centro de Saúde que nos seja entregue um registo, reunimos de seis em seis meses e é-nos entregue um registo com as horas de saída, onde foram as saídas e o regresso, o que significa que daqui a um ano, aí sim, podemos ter uma análise e fazer uma avaliação se o trabalho foi bem feito ou não, repito, no passado nunca isto foi feito, portanto se o serviço é bom ou mau, não sabemos. -----

-----Relativamente à Vodafone, volto a referir, eu sou um mogadourense convicto e gosto muito da minha terra, lamento o que a Vodafone fez à freguesia de Vila de Ala e lamento que as pessoas de Vila de Ala estejam a ser instrumentalizadas para uma não verdade, mas vou-lhe dizer uma coisa, quando foram instaladas as antenas nas outras freguesias, nomeadamente em Castro Vicente e aqui em Mogadouro também contestou com esta veemência? Mais, o que é pior, com o que estarão mais tristes as pessoas de Vila de Ala, é com a antena da Vodafone, que a Câmara não tem nada a ver com isso, licenciou uma coisa que lhe foi pedida, ou a cedência dos vinte e cinco hectares lá para o hotel?”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “Vamos passar ao ponto 2 da Ordem de trabalhos. -----

-----2. PERIODO DA ORDEM DO DIA: -----

-----2.1 *Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea c) do nº 2 do artigo 25º, Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.*-----

-----Recebemos toda a informação que a Câmara nos enviou, se alguém quer intervir sobre este ponto, a Câmara normalmente dispensa a apresentação deste ponto porque está aqui tudo em suporte de papel. -----

-----Passamos para o ponto 2.2 -----

-----2.2 *Apresentação do Relatório e Documentos de Prestação de Contas da Gestão do Ano de 2014 – Análise e Deliberação.* -----

► **VICE-PRESIDENTE** usou da palavra e disse: “a segunda sessão da Assembleia Municipal de cada ano por norma é dedicada à aprovação dos documentos da Prestação de Contas do ano anterior, os quais foram aprovados pelo Executivo e certificados pelo revisor oficial de contas, as receitas totais do Município atingiram no ano de 2014 o valor de quinze milhões, setecentos e vinte e seis mil, trezentos e dezassete euros e catorze cêntimos, enquanto a despesa total atingiu o montante de doze milhões,

quinzentos e noventa e oito mil, noventa e seis euros e dezanove cêntimos, transitando um saldo de três milhões, cento e vinte e dois mil, duzentos e vinte e nove euros para o ano seguinte, a receita corrente no valor de onze milhões, cento e trinta e dois mil, oitocentos e nove euros representa 87% do total de receitas de capital no valor de um milhão, setecentos e treze mil, duzentos e cinco euros, representam apenas 13% no que toca a despesa, as correntes atingiram o valor de oito milhões, novecentos e trinta e nove mil, seiscentos e noventa e dois euros e as de capital o montante de três milhões, setecentos e cinquenta mil, quatrocentos e três euros, representando respetivamente 70% e 30% do total da despesa, daqui se depreende que mais de 50% da despesa de capital foram financiadas por receitas correntes.

-----O Plano Plurianual de Investimentos com o valor final de seis milhões e sessenta e quatro mil euros teve uma execução de 43% no valor de dois milhões, seiscentos e três mil, cento e oitenta euros, enquanto o Plano de Atividades Municipal com o valor final de três milhões, trezentos e noventa e um mil, novecentos e noventa e dois euros teve uma execução de 93%, tendo as Grandes Opções do Plano com o valor global de nove milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, cento e setenta e um euros uma execução de cinco milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, duzentos e oitenta e um euros, o que representa em termos percentuais 61% de taxa de execução. -----

-----O quadro comunitário de apoio que vigorou de 2007 a 2013 está a chegar ao fim, no entanto no ano de 2014 ainda conseguimos que algumas obras fossem aprovadas neste quadro como foi o caso da zona industrial, III fase, variante do I5 à zona industrial, polidesportivos, centro de interpretação do mundo rural e reservatório do Penedo à adutora do Castelinho. -----

-----Durante o ano de 2014 foram também implementados os acordos de execução com as Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesias, no âmbito das delegações de competências constantes no artigo 132, do anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro, tendo sido transferido para as freguesias quatrocentos e dezanove mil, quinzentos e noventa e um euros, em função dos critérios estabelecidos nos acordos e que vigorarão até ao final do mandato. -----

-----Apoiamos durante o ano de 2014 diversas entidades, destacando as de maior valor, que são a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mogadouro com duzentos e cinco mil, oitocentos e quarenta euros, Santa Casa da misericórdia de Mogadouro com duzentos e onze mil, seiscentos e setenta e um euros, a Associação Cultural de Solidariedade de Urrós com cento e trinta e cinco mil euros, diversas Comissões de Festas num total de cinquenta mil, setecentos e setenta e cinco euros. -----

-----Apoiamos o desporto, a cultura, apoiamos também a compra de sementes de soja com o objetivo de dar um novo impulso à agricultura pelo

valor de doze mil, duzentos e quarenta e três euros, infelizmente os resultados não foram os esperados, mas pelo menos tentámos. -----

-----Isentámos o pagamento de água de todas as Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho. -----

-----Implementou-se com carácter de regularidade o apoio no transporte de doentes do foro oncológico ao Porto, tendo até à data realizado duzentas e cinco deslocações que originaram setecentas e vinte e oito consultas, ou tratamentos. -----

-----Também foi posto em funcionamento o apoio à compra de medicamentos às famílias mais carenciadas, sendo beneficiadas até à presente data trinta e duas pessoas. -----

-----Para finalizar, informo que a situação financeira do Município é boa como podem verificar pelo saldo apresentado em 15 de abril de 2015, no valor de dois milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e setenta e quatro euros, não sendo necessário qualquer pedido de antecipação de duodécimos do FEF, como alguém referiu nesta Assembleia em 28 de fevereiro deste ano, por isso meus amigos se o Município estava bem governado, ficou melhor”. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “vou fazer a apresentação da análise que nós fizemos do relatório e documentos de Prestação de Contas do exercício de gestão do ano fiscal de 2014, somos chamados a deliberar sobre estes documentos e fá-lo-emos em coerência com a análise que devidamente apresentamos escalpelizado os dados registados nos documentos que conformam o relatório de contas, a esta Assembleia e nos termos da Lei cabe o controlo político através da análise e da deliberação sobre os documentos de prestação de constas que consubstanciam o relatório e contas, trata-se de cumprir no fundo o preceituado no nº1, artigo 76, da Lei 73/2013 de 3 de setembro que torna obrigatória a submissão do relatório de contas ao órgão deliberativo. Referimos desde já que este relatório, pela análise que nós fizemos, e por aquilo que é referido nos próprios documentos está em conformidade com o pocal, Decreto-Lei nº54-A/99 contendo todos os documentos a saber, demonstração dos resultados, mapas de execução orçamental, demonstrações financeiras e anexos e o relatório de gestão. Começamos então pelas seguintes considerações, primeiro, o valor de quinze milhões, setecentos e vinte e seis mil, trezentos e dezassete euros e catorze cêntimos de receita total referida na certidão que nos foi entregue relativa a 2014, ela é de facto de doze milhões, oitocentos e sessenta e dois mil, quarenta e sete euros e trinta e um cêntimos, conforme o quadro da página dezassete do relatório. Relativamente às receitas e agora entramos na análise dos números, relevamos a descida do valor das receitas de capital, de um valor de oito milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e trinta em 2011 para um milhão, setecentos e treze mil, duzentos e cinco euros, para

menos de um quarto que em nosso entender traduz desde logo a falta de capacidade de cobrança de fundos das verbas a que temos direito relativos a obras já executadas e pagas no anterior Executivo. Já quanto às despesas o que nós verificamos é que existe um aumento continuado e acentuado das despesas correntes, em parte devido à aquisição de serviços de interesse duvidoso contrariando em nossa opinião as orientações e deliberações da administração central tem vindo a defender a contenção de custos com a contratualização de serviços, estes deverão ser evitados, devendo ser racionalmente feitos apenas e só quando tal se justifique, estamos no caso em concreto, perante uma postura despesista bem ao gosto da gestão socialista qual decalque dos governos do mesmo partido aquando teve responsabilidades governativas, já no que diz respeito às despesas de capital, aquelas despesas associadas a investimentos que dinamizam e criam postos de trabalho, que dinamizam a economia local, associadas a uma trajetória de desenvolvimento, a aposta no bem-estar das populações, o exercício que aqui refletem estes números é precisamente o inverso daquilo que acontece com as despesas correntes, a leitura que se impõe é da linha da estagnação, aquilo que nós vemos de facto neste exercício, por estas contas é de facto uma trajetória de estagnação pura, os números falam por si, os mogadourenses vêem-no e sentem-no, Mogadouro está parado, os números do investimento direto apontam no mesmo sentido, a falta de dinâmica, a falta de capacidade, a falta de empreendedorismo, essa veia empreendedora, novamente a estagnação. Centramos também a nossa atenção nos números relativos à aquisição de bens e serviços em que se verifica, os números não enganam, o aumento dos custos com a aquisição de serviços, com o valor de mais de meio milhão de euros, de 2013 para 2014, meio milhão em aquisição de serviços, poderemos nós dizer para Jobs for de boys, obviamente, ou retorno duvidoso. Analisamos ainda os valores das transferências de capital que em 2014 se cifrou pelos quatrocentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e vinte e dois euros, valores muito abaixo daqueles que foram os valores das transferências durante os anos dos Executivos PSD em mandatos anteriores, referimo-nos a estes valores e a estas transferências de capital uma vez que estas transferências incluem também as verbas transferidas para as Juntas de Freguesia e outras Associações e que ao contrário do que se tem vindo a afirmar é com o Executivo do PS que as Juntas veem as suas verbas a baixar, serem reduzidas, é com este Executivo, com este baixar das verbas referentes a transferências de capital que este Executivo vai fazer com que as Juntas de Freguesia comecem a perder. Senhor Vice-presidente da Câmara perante esta explanação e a partir dos valores globais que nos são apresentados que perguntamos: onde fica a tal preocupação com o desenvolvimento e com a s pessoas? Onde para a aposta no investimento e bem-estar dos mogadourenses? Para onde somos conduzidos com este

modelo de exercício de gestão? Qual é a trajetória de desenvolvimento desenhada e desencadeada com este processo? Senhor Vice- presidente nós não vemos resposta positiva com nestes dados da conta de gerência porque infelizmente nada existe e o concelho está parado, a maior parte dos mogadourenses sente que há uma depreciação da sua vida e da vida económica, social e cultural neste concelho. Senhor Vice-presidente em representação do senhor Presidente da Câmara porque somos coerentes connosco próprios e pelas razões que apontámos sobretudo pela indesejável estagnação e depreciação da vida do nosso concelho relativamente ao relatório de contas do exercício de gerência de 2014 os membros da bancada do PSD vão abster-se”. -----

► **ANTÓNIO CORDEIRO** usou da palavra e disse: “podíamos estar aqui a manhã inteira a falar sobre os números cada qual a tirar o seu proveito político naturalmente, eles estão devidamente explicitados no relatório, vou fazer aqui apenas dois ou três comentários, fala aqui obras e mais obras e o que é certo é que as obras são assim, os projetos desde que se idealizam até que entram em obra levam mais tempo do que a executar a obra, eu estou um pouco de acordo que houve um abrandamento no ritmo de execução, e isso é natural, era previsível, no entanto as coisas neste momento estão a entrar nos eixos e estão a ter um seguimento quanto a mim, e quanto a nós adequado e por isso eu não vou perder muito mais tempo a falar sobre isso, vou-lhes apenas ler qual é o nosso ponto de vista sobre este assunto. O relatório de contas de 2014 é um documento que emana da secção de contabilidade, da DAF – Divisão Administrativa e Financeira da câmara Municipal cujos funcionários são pessoas idóneas e com formação adequada que nos merecem total confiança e por isso nos quais devemos acreditar, quero aqui dizer que ao longo dos anos e eu já ando cá há muitos estes documentos têm vindo sempre a melhorar e desta vez melhoraram mesmo muito porque foram auditados pela primeira vez, são documento de fácil leitura que lidos com atenção também são de fácil compreensão, dado o seu volume levam algum tempo a ler e a analisar, o mesmo foi elaborado no respeito pelas leis que enquadra a sua apresentação como no mesmo documento é referido, como diz na parte final do desenvolvimento todos os documentos foram elaborados sem prejuízo do legalmente estabelecido para que os mesmos reflitam uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo e dos resultados da autarquia, foi esse o entendimento com que ficámos após a leitura do mesmo, apresenta de foram detalhada e concisa a situação do Município em 2014, apenas como apontamento verificamos que as verbas provenientes do orçamento de estado para 2014 foram inferiores às de 2013 em duzentos mil, quatrocentos e vinte e um euros, também inferiores às dos anos anteriores, o Governo central para conseguir o controle das contas públicas vai tirando onde pode e em termos de receita do nosso Município esta quantia tem algum significado, o IVA

na eletricidade também teve um agravamento de cinco mil euros, no entanto a dívida de médio e longo prazo foi amortizada este ano em setecentos mil euros, o que quer dizer que o Município pode pagar e a situação financeira continua boa, as obras já foram aqui referidas, continuam a bom ritmo e sabemos neste momento que a zona industrial está a avançar, a ligação ao IC5 tem o financiamento aprovado, do mesmo modo a obra do mundo rural que também já está aprovada e portanto essas obras vão avançar, mas como lhes digo enquanto não entram em obra levam muito tempo, há sempre estrangulamentos, há prazos que têm que se cumprir, quem está dentro desses assuntos sabe que leva mais tempo a aprovar um projeto do que a fazer a obra. Há ainda a destacar diversas atividades desenvolvidas e apoiadas pela autarquia, discriminadas no relatório, como o apoio à educação, à ação social escolar, apoio ao transporte para fazer exames complementares ao tratamento de doentes do foro oncológico e queremos salientar que esta parte, já se falou aqui nela, todos aqueles que no dia-a-dia tem que se deslocar ao Porto e que infelizmente não são poucos, é um alívio sem dúvida para essa gente. O apoio à compra de medicamentos das famílias mais carenciadas, que são bastantes, e do mesmo modo também elas sentem alívio, regra geral isto acontece sempre com as famílias mais debilitadas e é por isso que é interessante também aqui referir, o aumento da contribuição para a segurança social que ronda os cem mil euros, é também um acréscimo de despesa que não se verificava em anos anteriores. O apoio a famílias carenciadas no valor de duzentos e catorze mil, oitocentos e vinte e sete euros, etc., são aumentos de despesa que não se traduzindo em obra física representam apoio social significativo que se traduzem numa melhoria de bem-estar das populações, é e este no fundo o resultado que se pretende dirigir com todos os instrumentos do Município. Em resumo concordamos em absoluto com o relatório de contas apresentado, como aliás a auditoria externa que embora dando alguns aconselhamentos ao gabinete de contabilidade, à DAF também concorda, as contas agora têm certificação pelo que não há razão para abstenção, assim e sem prejuízo de qualquer outra intervenção, ou visão, os membros da Assembleia Municipal do PS irão votar o mesmo favoravelmente”.

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “não havendo mais intervenções vamos proceder à votação deste ponto, queria contudo informar a Assembleia de que recebemos ontem da Câmara um anexo ao relatório de gestão que por força da criação do Fundo Municipal, chegou há dois ou três dias à Câmara Municipal já com as contas aprovados e chegou-nos ontem à nossa mão pelo que foi distribuído ainda hoje de manhã, espero que o tenham lido, isto vem na sequência da Lei 53/2014 em que ao nível da contabilidade patrimonial e de acordo com a Direção Geral das Autarquias Locais do valor a subscrever para o Fundo de

Apoio Municipal, os Municípios devem reconhecer ainda em 2014 no passivo o respetivo montante, este ajustamento vai ter que ser contabilizado agora, as contas já estavam aprovadas pela Câmara e vai ser introduzido e aprovado na reunião de junho. -----

-----Aprovado por maioria com zero (0) votos contra, vinte (20) abstenções e dezoito (18) votos a favor. -----

-----**2.3 Mapa de Inventário para Prestação de Contas de 2014 – Análise e Deliberação.** -----

-----O Mapa de Inventário é tudo isto que aqui está, obviamente que não íamos tirar uma cópia para cada um porque seriam custos enormes, é um inventário que não suscita qualquer dúvida. -----

-----Vamos pôr à votação -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----**2.4 Pedido da Confraria da Amêndoa do Douro Superior para o Município de Mogadouro ser Confrade – Análise e Deliberação.** -----

► **VICE-PRESIDENTE** usou da palavra e disse: “o concelho de Mogadouro é neste momento o maior produtor de amêndoa do douro Superior e com as novas plantações que já estão aprovadas através da candidatura ao novo quadro, garantidamente o concelho de Mogadouro passa a ser de longe em relação ao segundo o maior produtor de amêndoa deste concelho, portanto sendo a amêndoa um produto endógeno e sendo também através da amêndoa uma foram de contornar alguma dificuldade que está a passar a agricultura neste momento entendo que o Município de Mogadouro deve estar por dentro, deve ser confrade desta Associação”.-----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** colocou o ponto a votação. -----

-----O ponto foi aprovado por unanimidade. -----

-----**2.5 Alteração ao Regulamento para a Atribuição de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos do Município de Mogadouro – Análise e Deliberação.**-----

► **JOANA SILVA** usou da palavra e disse: “quanto a este ponto, proposta de alteração, pelo pouco tempo ainda de experiência de contato direto com o regulamento atual em vigor, cerca de um ano e meio, considero que não é de todo o tempo suficiente para proceder à alteração, digamos, perfeita, mas a alteração perfeita também nunca vai existir, mas com o contato que já tive e de forma a ultrapassar algumas dificuldades que têm surgido na atribuição de apoios, o nosso papel realmente é facilitar, é ajudar, uma vez que para dificultar já chega a crise económica e a situação económica do país, só que no meu entender esse facilitar e essa ajuda tem que ser legal, tem que ser justa, tem que ser imparcial, tem que ser incolor, tem que ser clara, uma das grandes alterações que este regulamento apresenta é a introdução de uma forma de cálculo para atribuir apoios sociais, isto porque? No atual regulamento que está em vigor não há fórmula, não há um critério e assim dizem: como é que vocês atribuem? Qual é a base? A

quem é que vão dar? Claro que há o bom senso, impera, devia imperar o bom senso pelo menos, mas com este há uma fórmula que diz que a partir deste valor, como vocês deviam ter analisado, é para quem tiver um rendimento *per capita* inferior a metade do salário mínimo nacional em vigor no ano do pedido, da candidatura, tem direito, que tiver não tem direito, claro que há sempre aqui uma questão: será que esse é o valor justo? Quer dizer duzentos e cinquenta euros, quem tiver duzentos e cinquenta e um não tem? Mas se fosse mil, quem tivesse mil e um também já não tinha, ou seja, tem que haver uma barreira na minha opinião e acho que é uma forma mais justa, mais incolor, mais imparcial; quanto ao regulamento há aqui uma correção a fazer, devia ter sido uma gralha porque há uma divergência, no artigo sétimo, na página cinco, uma das condições de atribuição é a residência na área do Município há pelo menos um ano, se formos ao artigo décimo, na documentação para instruir o processo, na alínea d) diz: atestado de residência da Junta de Freguesia a confirmar a residência no concelho há pelo menos dois anos. Deverá ficar nos dois artigos um ano”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** pediu permissão à Assembleia para ficar na redação do documento no artigo sétimo e artigo décimo, um ano. --

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “eu concordo com a premência da entrada em vigor deste regulamento, uma alteração feita há um ano, ou dois anos, nem sei bem amoveu, porque houve irregularidades, para não dizer ilegalidades no processo, pelo que julgo saber não pode entrar em vigor porque não foi sujeito a consulta pública e a prova que é de toda a premência porque não sei bem, mas 90% do tempo dos Senhores Vereadores nas reuniões do Executivo foi ocupado a tratar destes assuntos, olhando para as atas que nos foram fornecidas, desde a necessidade de óculos, à necessidade de transporte, à necessidade de construção da casa, apoio para medicamentos, é de facto um problema premente e acho muito bem que a Câmara se debruce e trate deste assunto com toda a pressa, costuma-se dizer e já uma vez citei aqui este ditado antigo *cadelas apressadas parem filhos cegos*, eu só pedia à Mesa que pedisse a colaboração dos juristas aqui presentes para de facto ver se não há nenhum impedimento em que este pequeno desvio seja aqui corrigido, mas que isso não inviabilize como inviabilizou a entrada em vigor da outra correção, a pressa é inimiga da eficácia, é de todo o interesse que a coisa se resolva já, mas é de todo o interesse que fique bem resolvida”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “eu acho que a Assembleia tem legitimidade para alterar um ponto e consultando os juristas presentes, fica então um ano. A Assembleia é soberana na decisão e como tal parece-me que em conformidade com o interesse na resolução dos problemas sociais que temos aqui no concelho não vejo necessidade nenhuma de retirar este ponto”. -----

-----Colocou o ponto a votação. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----**2.6 Abertura de Procedimentos Concursais – Análise e Deliberação.** -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “o que nos é colocado aqui é alteração ao quadro de pessoal do Município de Mogadouro, contratar nos termos da Lei por tempo indeterminado, mais concretamente um Técnico Superior de Educação Musical, um Técnico Superior de Educação Física, um assistente Técnico e três Assistentes Operacionais, é esta a pretensão do Executivo de ver satisfeita a autorização aqui em sede da Assembleia Municipal para depois poder contratar as pessoas em causa para os lugares e para as categorias referidas, todos nós sabemos que já em intervenções anteriores foi referido que há por parte da administração central uma orientação no sentido de contenção de custos, até houve até há bem pouco tempo mesmo a não permissão de novas admissões na administração pública por força de facto de legislação que assim o determinou, legislação essa que recentemente foi alterada, alterada num determinado sentido e com determinadas condições, exigindo que os Municípios tenham condição financeira, económica desafogada, que não sejam devedores, como será o caso do Município de Mogadouro, porque caso contrário também não podia avançar com este pedido, de qualquer das formas este pedido e esta orientação que a Câmara Municipal pretende dar ao contratar este pessoal contraria e de que maneira precisamente esta ideia de, necessidade de contenção de custos e porque assim é e sempre assim o dissemos que de facto era importante fazer esse esforço e que só se justificaria a contratação de pessoal quando de facto se tratasse de pessoal estritamente necessário, a bancada do PSD irá votar no sentido da abstenção porquanto não nos foi ainda suficientemente justificada da necessidade de admissão destes Técnicos e deste Assistentes Operacionais para a Câmara Municipal”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** colocou o ponto a votação. -----

-----Aprovado por maioria com zero (0) votos contra, dezasseis (16) abstenções e vinte e dois (22) votos a favor. -----

-----**2.7 Regulamento de Formas de Apoios às Freguesias do Concelho de Mogadouro – Análise e Deliberação.** -----

► **VICE-PRESIDENTE** usou da palavra e disse: “a Lei 75/2013 obviamente trouxe muitas limitações, ainda há bocado aqui foi questionado porque é que a Câmara tinha melhorado um caminho em Ventozelo, os senhores Presidentes de Junta entendem quando eu às vezes lhes digo: é melhor não irmos lá porque depois vêm aqui à Assembleia e dizem estas coisas, a Lei trouxe-nos estas restrições e nós entendemos que só é possível continuar a ajudar as Juntas de Freguesia com meios humanos, com máquinas, aprovando este regulamento, isto é, a Assembleia passa, entre

aspas, a dar poder à Câmara sem que protocolos ou outros valores até cinco mil euros, salvo erro tenham que vir à Assembleia, é só para agilizar as coisas, mais nada”. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “apenas para chamar a atenção sobre este ponto, que peca por tardio, estas situações já deviam ter sido esclarecidas logo na altura e eu chamei atenção para isso, porque o regulamento que nos puseram, como ficou estipulado no início não serve de todo o interesse das freguesias, ainda bem que se chegou a esta conclusão, embora de forma tardia, congratulamo-nos com isso, é óbvio que sim, que as freguesias precisam do apoio do Município sempre e quando esse apoio for feito de forma concertada, não é o Município estar a usurpar os direitos dos Presidentes de Junta e para favorecer a, b ou c, quem lhe convém, passar por cima dos Presidentes de Junta, espero que não o façam, que quando se fazem intervenções nas freguesias o primeiro elemento a ser contactado deve ser o Presidente de Junta, que se dê conhecimento daquilo que se pretende fazer, eu da minha parte estou à vontade para votar favoravelmente este ponto”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** colocou o ponto a votação.-----

-----O ponto foi aprovado por unanimidade. -----

-----Vamos passar ao último ponto da ordem de trabalhos -----

-----**2.8 Projeto de Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de Interesse Municipal – Análise e Deliberação.** -----

► **VICE-PRESIDENTE** usou da palavra e disse: “obviamente que é nossa intenção, aliás já foi manifestada, já está materializada e honra seja feita porque a gente deve ser humilde e reconhecer quando as coisas são bem feitas independentemente que lado é, já no passado isso acontecia, era dado o apoio à instalação de empresas do concelho de Mogadouro, aquilo que se pretende fazer é continuar a dar esse apoio mas de uma forma regulamentada, só para dizer que até há bem pouco tempo não havia um regulamento, não havia algo em que o Executivo se baseasse para poder atribuir com equidade o apoio à instalação de empresas no concelho, obviamente o Executivo é sempre livre de poder atribuir e é soberano nesse aspeto mas com o regulamento e até porque esse regulamento houve um contributo de um mogadourense que o fez, portanto ajudou a melhorá-lo e se tiveram oportunidade de o ler verifica-se que a partir de agora são atribuídos oito salários mínimos nacionais, neste momento cerca de quatro mil euros pela criação de cada posto de trabalho, portanto quem criar um posto de trabalho recebe quatro mil euros, em números redondos, quem criar dez recebe quarenta, é muito simples, e a partir de agora deixa de haver dúvidas porque é que é atribuído a A, ou porque é que é atribuído a B; quem criar emprego em Mogadouro é bem-vindo e a Câmara está cá para apoiar”. -----

► **FERNANDO MEIRA** usou da palavra e disse: “eu só queria falar e dar

Leh

os parabéns ao atual Executivo pela criação deste regulamento e como todos sabem eu pertenci ao último Executivo, eu contra mim falo pelo seguinte, recorde-me que foram votadas e apoiadas duas empresas de Mogadouro e a informação, sem grande conclusão da nossa parte, a informação que nos deram é que havia regulamento exatamente no sentido de apoiar essas empresas, como verificaram isso não era verdade, eu só queria dizer isto, não era verdade, nós não pedimos esse regulamento, disseram que havia um limite de sete mil e quinhentos euros para apoiar as empresas, não correspondia à verdade”. -----

► **TERESA VILARIÇA** usou da palavra e disse: “ é com muito agrado que vejo uma iniciativa que pretende apoiar os empreendedores e como tal a economia local, tenho no entanto aqui algumas questões, relativamente ao artigo 2, ponto 3, de alguma forma o Senhor Vice-presidente já respondeu mas gostaria de ver melhor esclarecido, que é o apoio às entidades promotoras que poderá ser concedido independentemente da sede ou residência se localizar no concelho, ou seja é para todos, qualquer um que pretende, desde que se instale cá, crie emprego cá, portanto as empresas do concelho não têm qualquer preferência? É a questão que eu coloco. Relativamente ao artigo 5 na alínea f) em que são pedidas como é óbvio algumas exigências, está aqui uma exigência que é: certidão comprovativa da situação contributiva regularizada relativamente às finanças e à segurança social, é claro que todos nós temos que ter os nossos impostos e a segurança social em dia, é uma obrigação de todos, mas penso que poderá dificultar o acesso a este apoio por parte de algumas pessoas que poderão não ter esta situação regularizada, há alguns apoios concedidos mesmo pela comunidade que não obriga a que tenham esta situação regularizada, pelo menos alguns que eu conheço da área em que trabalho, se calhar era uma forma de poder facilitar nalguns casos, algumas pessoas e talvez regularizarem depois ao terem a situação económica mais favorável. Há uma outra questão relativamente à alínea g) do artigo 5 que é manter afeto à respetiva iniciativa o apoio concedido durante um período mínimo de cinco anos, aqui haverá casos em que se justifica e que deve acontecer, se são equipamentos, acho que sim que de manter-se, mas poderá ser um apoio financeiro, vamos supor até para uma deslocação a uma feira que promove e ajuda a vender o produto, aquele apoio financeiro que foi feito para aquilo durante cinco anos não vejo aqui como é que pode ficar afeto, era apenas isto que eu queria dizer, é bom que realmente esteja regulamentado e que sejam as empresas e não só, qualquer indivíduo, qualquer pessoa que possa ter realmente uma ajuda, que possa contribuir e ajudar nos negócios ou na atividade a que se dedica”. -----

► **VICE-PRESIDENTE** usou da palavra e disse: “vou responder às três questões que levantou, sede da empresa, se decidíssemos atribuir só o apoio a empresas do concelho estávamos a limitar empresas que se queiram cá

instalar, um exemplo concreto, um exemplo concreto imagine que a corticeira Amorim, porque estamos numa zona de cortiça, quer cá criar uma fábrica que crie doze postos de trabalho, porque é que não se deverá apoiar por ter a sede em Santa Maria de Lamas, pode e deve ser apoiada, o que interessa ao Município é criação de postos de trabalho, que significa menos desemprego, mais poder de compra e melhor vida. Declarações das finanças e da segurança social, lamento mas não fui eu que fiz a Lei, isso decorre da Lei, isso nem sequer é questão, a Lei obriga a isso. Relativamente ao período mínimo dos cinco anos, o Município tem que se salvaguardar, vamos supor que uma empresa cria dois postos de trabalho, ou um posto de trabalho, dávamos-lhe quatro mil euros por um posto de trabalho e ao fim de três ou quatro meses despedia a pessoa, era um bom negócio, mas não é isso que a gente quer, isto é uma salvaguarda para o Município”.

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** colocou o ponto a votação.

-----O ponto foi aprovado por unanimidade.

-----**2.9 Autorização Prévia no Âmbito da Lei dos Compromissos - Para Conhecimento.**

-----Todos temos conhecimento da relação que nos foi enviada.

-----**2.10 Outros assuntos.**

-----Antes de dar a palavra aos Senhores membros queria informar que recebemos há dois dias o Relatório de Atividades/2014 e Plano de Atividades/2015 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, quem quiser consultá-lo, quando entender, é só dirigir-se aos Serviços da Assembleia, que estará disponível para quem o quiser analisar.

-----No final da reunião vai ser entregue uma declaração das senhas de presença que receberam aqui em 2014, para o IRS.

► **FERNANDO MEIRA** usou da palavra e disse: “penso que todos têm conhecimento que através desta Câmara Mogadouro está geminado com a cidade francesa de Ploumagoar, de dois em dois anos nós recebemos aqui uma delegação francesa e este ano vai chegar no próximo dia 16 e estará cá até ao próximo dia 22, a Câmara com certeza através da Dra. Ana Felgueiras, assim como a comissão que está empenhada em receber bem essa gente, agradecia que toda a gente tivesse conhecimento disso, parece que vai ser colocado também no site da Câmara e se houvesse possibilidade de se disponibilizarem na ajuda, agradecíamos.

-----Queria dar os parabéns ao meu amigo António porque apesar de sair da primeira linha continua acutilante”.

► **FILIPA MARTINS** usou da palavra e disse: “eu queria falar sobre o protocolo que foi estabelecido com a Associação LEQUE, eu conheço a Associação LEQUE de Alfandega da Fé, não me faz qualquer tipo de impressão o facto da Associação se estar a tentar radicar aqui porque quem faz o bem não olha a quem, de facto não tem cores políticas e não tem

fronteiras concelhias e o que é certo, é que o nosso concelho não tinha uma resposta para as questões da deficiência, das necessidades educativas especiais e gostava de tranquilizar o Prof. José Maria Preto neste sentido, de facto as pessoas que foram escolhidas, seleccionadas, contratadas, para trabalhar nesse protocolo são técnicas que são licenciadas e que têm formação base que os capacita para trabalhar nessa área e não podiam ter formador melhor do que a Doutora, e Doutora por extenso, Selmira Macedo, que é a nível da região norte a pessoa que mais conhecimentos e experiência prática tem no trabalho com crianças, jovens e adultos com deficiências e necessidades educativas especiais e gostaria aqui também de fazer alguma publicidade, passo a expressão, se me é permitido, ao último trabalho, fruto da criatividade da Doutora Selmira Macedo e que provavelmente alguns de vocês já viram publicitado na internet, no Facebook, inclusivamente o nosso Presidente da Câmara esteve presente no Porto na apresentação desse trabalho que é um kit, um jogo lúdico com cartões que facilita a todos nós a aprendizagem, quer do abecedário em braille, quer dos gestos que traduzem o abecedário naquela que é uma língua que passará a ser mais utilizada por alguns dos nossos deficientes auditivos e que não se conseguem comunicar oralmente como nós. Lançava aqui a proposta a todos de adquirirem para as Juntas de Freguesia principalmente, esse kit, esse jogo, porque pode vir a ser útil de futuro e acho que é uma aprendizagem interessante para todos e convinha que pelo menos todos nós soubéssemos escrever o nosso nome e fazer algumas questões utilizando o abecedário da lingual gestual portuguesa que para quem não sabe foi a segunda língua aprovada, além do Português e antes do Mirandês, aprovada a nível nacional; portanto só queria dar os parabéns por este protocolo, acho que tem pernas para andar e faz todo sentido, já era esperado há muito tempo e veio em boa hora. -----  
Relativamente também àquilo que foi falado aqui quanto ao desemprego o que é certo, é que a Câmara não pode de facto fazer tudo, pode criar algumas medidas, implementar algumas trajetórias, algumas linhas de intervenção política que facilitem a criação de emprego, agora há uma coisa que esta autarquia, que este Executivo não se deve nortear, é pelas histórias do passado, porque, prof. José Maria Preto, jobs for de boys, durante doze anos assisti eu a isso e não era este Executivo que estava à frente da autarquia, nem dos destinos do concelho, e deixe que lhe diga, foi uma expressão utilizada pela Juventude Socialista há muitos anos atrás para se referir aos tachos que eram ocupados em altos cargos dirigentes em todos os níveis da administração pública na altura em que governava o nosso Presidente Cavaco Silva. Saudosismos desse tipo, não muito obrigada. -----  
-----Querida também falar sobre uma outra questão que se prende com a evolução que este Executivo demonstra comparativamente com o anterior

naquilo que respeita à dívida a médio e longo prazo é que de facto estive a analisar com mais atenção os números e como disse o engenheiro Cordeiro, houve uma diminuição da dívida a médio e a longo prazo, mas não foi, perdoe-me esta correção, de setecentos milhões, foi uma diminuição da dívida de um milhão e onze mil euros, valores arredondados, é notório, se antes, e até na altura da campanha eleitoral o Dr. Machado se vangloriava a dizer que não havia dívida e ela ascendia a mais de cinco milhões, neste momento e apenas dados relativos a quinze meses de exercício de atividade à frente dos destinos desta autarquia este Executivo reduziu num valor que eu considero muito, muito elevado a dívida e acho que isso é importante, acho que é um número que temos que reter. Parabéns ao Executivo”. -----

► **AMÉRICO RODRIGUES** usou da palavra e disse: “trago aqui uma pequena proposta para a Câmara ponderar, era aligeirar ou até fornecer os processos de licenciamento nas aldeias ou em zona urbana de completo abandono com construções de pequena envergadura, com infraestruturas já implementadas, exemplos: água, luz, saneamentos e ruas, com custos já executados e não aproveitados. É de ponderar esta mais-valia, contribuindo assim para o não deturpamento de algumas normas de construção com um reaproveitamento dos solos para outra finalidade, sob pena das casas e futuras construções ficarem caídas e prejudicar terceiros dando mau aspeto a todos nós ”. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “ao compulsar as atas do Executivo ressaltou-me o facto de a maior parte das alíneas da ordem de trabalhos terem sido infelizmente motivadas por carências económicas de muita gente que não tem como comprar medicamentos, deslocar-se a hospitais. Enfim, e por isso mesmo ou por falta de outra matéria, o que é certo, é que a agenda do Executivo e as atas das reuniões do Executivo têm sido muito monótonas. De facto não traz mais nada de especial. Em qualquer dos casos eu costumo ler até os preâmbulos e no período de antes da ordem do dia da reunião de 24 de março o senhor Vereador Pimentel fez o seguinte comentário que eu vou comentar, ele disse o seguinte: *quero agradecer ao senhor Presidente as palavras que proferiu à RTP no decurso do programa Aqui Portugal, em Mogadouro temos tudo, foi sem dúvida nenhuma o maior elogio feito aos Executivos anteriores.* Tenho pena que o Senhor Vereador não esteja, espero que lhe transmitam, é que de facto foi curto na intervenção. O Senhor Vereador Pimentel deveria ter sugerido, foi sem dúvida nenhuma o maior elogio feito aos Executivos anteriores, mas devia ter dito, aos três Executivos anteriores, isto é de 2001 a 2013, foi daqueles de que ele fez parte com pelouro atribuído a tempo inteiro, porque antes do senhor Vereador Pimentel chegar cá isto era um dilúvio. Depois do senhor Pimentel sair foi um terramoto! Enfim, é uma maneira demasiado autista que só deve servir para encher o ego de quem profere estas frases, e não trazem nada de bom. Que é que queriam que o

A  
Deh

senhor Presidente da Câmara dissesse num programa que estava a ser visto por milhões de portugueses? Não apareçam cá que nós não temos cá nada? Tinha que fazer propaganda da terra. Naturalmente que o senhor Presidente da Câmara, penso eu, notará que há falhas em Mogadouro, mas não era um assunto para expor num programa de televisão. É pena que se façam estas intervenções, quer aqui, quer em folhas de imprensa sobretudo na imprensa paroquial do nosso distrito, que tem trazido com bastante assiduidade desde outubro de 2013 para cá, porque é um palanque bom para exibição, para encher o ego, para insuflar as pessoas, tenha trazido imensos assuntos relativos à governação municipal mas que são tratados nos jornais e não aqui. -----

-----Só uma resposta ao senhor Deputado José Maria, o senhor Deputado há bocado referindo-se a mim disse: *oposição à sua maneira*, sua, minha, votar sempre contra, eu gostava que se desse ao trabalho, eu sei que é chato, é pior que um soporífero de ler as atas, não peço muito, dos últimos dois mandatos eleitorais, ou dos três que é o tempo que eu aqui estou, o senhor também me tem acompanhado, ou nos temos acompanhado um ao outro. É que de facto, senhor José Maria Preto dizer que eu faço oposição votando sempre contra é uma afirmação que só pode resultar de distração ou de má-fé, e o senhor não anda distraído”. -----

► **ALTINO ALEIXO** usou da palavra e disse: “senhor Presidente da Assembleia Municipal, dirijo-me diretamente a si para lhe dizer que já há uns anos que ando aqui e esta foi até ao momento, e espero que continue assim, a melhor Assembleia de que eu tenho memória. -----

-----Em segundo lugar queria-lhes dizer que esta é a sala política por excelência de Mogadouro e aquele que está ali todos caem de maduros, só me lembra de um que não caiu de maduro foi o Américo Tomás, salvo erro, esse não caiu de maduro porque foram uns jovens militares que sem vontade de poder, porque eles não queriam o poder, mas com ânsia de melhorar a situação do país assim o fizeram, isto vem a propósito do provavelmente futuro Presidente da República Sampaio da Nóvoa disse que em 86 não foi fácil mas foi possível, em 96 não foi fácil mas também foi possível, em 2016 não será fácil, mas também será possível, queria-lhes dizer que aqui propriamente também não foi fácil, mas foi possível, não é fácil, mas ainda será possível, e queria-lhes dizer também que na política só há duas posições e são paralelas, ou se está em baixo, ou se está em cima, quem está em cima não precisa de ajudas para vir para baixo, mas não é fácil muitas vezes estar em cima e estar em baixo também não é fácil, mas há uma coisa que eu digo e na minha opinião, quem quiser tirar outras ilações que tire, mas para mim estar em baixo e para se estar confortável tem que se ter lealdade em quem está em cima, se nós quando estamos em baixo não temos lealdade por quem está em cima, então nada feito”. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “o melhor é a gente

começar a divertir-se um pouco com estas questões começando precisamente por entender muitíssimo bem o paralelismo do engenheiro Altino, estar em cima, estar em baixo, conforto para quem está em baixo, de facto quem está em baixo deve ter lealdade com quem está em cima, este paralelismo acho que fica bem, estamos a brincar um pouco com esta questão, porque de facto Altino eu entendi o que quis dizer e isso é que é importante. -----

-----Relativamente ao seu apoio ao Sampaio da Nóvoa, também fico a saber que se o PS apresentar um candidato, paciência, o Sampaio da Nóvoa tem seguro algum voto de um membro militante do PS e quem sabe ainda algum voto para o candidato da direita que ainda não sabemos quem vai ser. -----

-----Relativamente a uma questão agora mais a sério e que tem a ver com os apoios dados pelo Município às empresas que se venham a instalar em Mogadouro em contrapartida pela instalação de postos de trabalho seria sempre bom que se acautelasse o aspeto de a tal corticeira vir instala-se em Mogadouro, criou postos de trabalho mas trouxe as pessoas todas de Santa Maria de Lamas, é bom que se acautele que os empregos são para pessoas residentes, pessoas que vivam no nosso Município, é que isto não está assim tão claro no regulamento. -----

-----António, comigo estás na linha da frente e como sempre acutilante, só não estás hoje, paciência. -----

-----Queria dizer a esta Assembleia que o senhor Vice-presidente da Câmara e a senhora Vereadora da Educação foram meus alunos na escola e eu penso que vos ensinei, dentro daquilo que são as minhas competências, aquilo que de melhor sabia, isto vem a propósito de dois erros ortográficos nos documentos que são a vossa atividade, não sei quem os escreveu, de qualquer das formas na Vereadora Joana tem a ver com a reunião em 25/02 onde aparece conselho com c e deve ser outro conselho aqui e já agora também no do senhor Vice-presidente a mesma história também devia ser conselho com s e esta com c, não venham depois aqui dizer que eu fui o vosso Professor, que de facto a culpa é minha. Eu já tenho a fama de ter sido um Diretor que transformou tudo em TEIP, já agora venha mais essa culpa. -----

-----Senhor Vice-presidente da Câmara Municipal queria ainda levantar aqui outra questão, nós insistimos nas visitas quinzenais às Juntas de Freguesia por parte do Executivo que insistem em não se fazer acompanhar pelos Vereadores da oposição, por aquilo que nós sabemos de facto eles não têm ido e é nosso entendimento que assim sendo aquilo que vão fazer é campanha de promessas, ouvindo as pessoas, prometendo e depois fazendo o que bem entenderem, caso contrário não havia qualquer problema em se fazerem acompanhar também dos Vereadores que não têm pelouros, se assim é e se esta leitura é correta e é assim que nós a vemos, eu penso que

até deveriam deslocar-se nos carros próprios para fazer a tal campanha política que deve começar bem cedo, e se assim é e se não for revertida esta situação nós dirigimo-nos aos Vereadores da oposição e por direito próprio incentivamo-los aqui a apresentarem-se nessas reuniões ou então se assim não for a criarem esta dinâmica idêntica e de ouvirem também as populações para depois apresentarem também ao Executivo as preocupações que as pessoas têm, porque isto de facto preocupa-nos, este empurrar para fora dos Vereadores da oposição que penso que também são Executivo”. -----

► **ANTÓNIA CARDOSO** usou da palavra e disse: “quanto à Associação LEQUE ali a Filipa já disse tudo, só quero dar os parabéns pelo protocolo.-----

-----Quero agradecer aqui ao professor Gonçalves. Já somos dois com a mesma preocupação. Possivelmente mais um pouco iremos trazer aqui isso a escrito, porque essa do estudo científico do ambiente em Mogadouro, eu já é..., não direi a quinta, mas a quarta vez que no Executivo anterior a trouxe. Lamento muito que nunca tenha sido ouvida nem levada a sério, até porque tínhamos como Presidente uma pessoa licenciada em Medicina e o próprio Executivo infelizmente com sofrimento nessa área e foi muito pouca a sensibilidade mostrada, agora espero, como o Vice-presidente Evaristo prometeu aqui que iriam fazer, que isso seja desenrolado o mais depressa possível porque de facto não se justifica que sejamos os mogadourenses mais propícios a desenvolver o cancro quer da mama, quer de outros sítios do corpo, apelo aqui para que isso seja o mais urgente possível. -----

-----Quanto à desertificação e ao desemprego é um facto que é um flagelo aqui, e em todo o distrito, e no país, ao fim ao cabo, o próprio Primeiro-ministro manda emigrar, como disseram aqui é rara a família que não tem ninguém no estrangeiro. -----

-----A Câmara na comparticipação dos medicamentos e transporte, sim senhor, está a fazer muito bem, são medidas que são bem-vindas, mas apostar na prevenção e no estudo do ambiente aqui no concelho tem que ser feito mesmo. -----

-----Quanto à política de proximidade continuem a fazê-la como estão a fazê-la porque está muito bem-feita e foram vocês que prometeram na campanha fazer essa política de proximidade, não foi a oposição, portanto acho que não devem convidá-la e acho que a oposição deve fazer também essa política de proximidade, mas fazê-la a seu bom critério, como tem feito, e eu sei que a tem feito e continua a fazê-la”. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “em dia de aprovação de contas, lamentar profundamente que as contas acerca da minha freguesia tragam zero. De facto o contador dos euros de investimentos na minha freguesia continua a zero, ainda não arrancou, eu queria-lhe colocar a questão, senhor Vice-presidente em representação do senhor Presidente,

para quando o início das obras de remodelação da rede de águas em Bemposta? Que é premente, é urgente, além da questão de desperdício, é uma questão de saúde pública, é muito urgente, eu disse aqui logo numa das primeiras sessões, devem estar à espera de 2017, que é ano de eleições, mas a cada dia que passa é tarde, já devia ter sido começada ontem e continuamos na mesma, as dificuldades financeiras não serão com certeza motivo para as obras não arrancarem, outras dificuldades não as entendo, portanto não percebo porque é que uma obra que é premente, foi a única obra que eu pedi logo no início, naquela reunião que fizeram e que depois se extinguiu, também não percebi muito bem porquê, quando chamaram os Presidentes de Junta a pedir três obras cada freguesia, eu disse-lhe não peço três, só peço uma e ainda nem essa arrancou e já vamos com um ano e meio de mandato, portanto não percebo, gostava de saber o que é que se passa, se estão de facto à espera de 2017 porque é ano de eleições. -----

-----Outro assunto que não poderia deixar de ser, as torneirinhas da Figueirinha, finalmente, vale mais tarde do que nunca, eu não sei a que é que se devem, se será ao facto de hoje haver Assembleia Municipal ou de se estar a aproximar a visita pascal, ou visita socialista, ou como lhe queiram chamar à freguesia de Travanca, a verdade é que ontem foram postas as torneiras, também não lhe dou os parabéns porque não tenho que lhos dar, lamento apenas que tenham estado cerca de um ano para se aperceberem do erro que cometeram, foi reposta a normalidade, vale mais tarde do que nunca. -----

-----Trazia aqui outro assunto, aliás eu já na anterior sessão tinha nos meus apontamentos falar na questão dos elevados índices de cancro, não é só na freguesia de Urrós, penso que se reflete em toda a zona nascente do concelho com níveis acima da média do que é normal, de facto a questão das linhas de alta tensão não será de pôr de parte porque de facto na zona das barragens é uma zona cruzada por muitas linhas de alta tensão, não falei nele, a Deputada Antónia já tinha falado em anteriores sessões, mas penso que é pertinente contactar alguma instituição vocacionada para esses fins ligados à saúde, que façam um estudo exaustivo para que se possa averiguar o que de facto se passa. Acrescentava ainda outro ponto que tem a ver com a saúde e com a segurança das pessoas, queria-me dirigir ao senhor Presidente, sendo ele o responsável máximo da proteção civil no concelho, que não deixa de ser também um flagelo, que é as mortes por acidentes de trator, ainda infelizmente na semana passada houve mais um caso fatal na minha freguesia, em quinze anos já são cinco, e penso que todos se poderiam ter salvado se o trator tivesse o arco de segurança. O que é preciso fazer? Legislar, com se fazem outro tipo de regras e de obrigatoriedade. Os tratores têm que ser dotados de arco de segurança irreversível, porque eles têm-no, mas vai-se para as zonas inclinadas para andar debaixo das árvores, baixa-se o arco e depois acontecem os

acidentes, infelizmente já presenciei alguns que se tivessem o arco provavelmente não teria acontecido nada. É preciso ver o que é possível fazer através da proteção civil, se for preciso fazer moções, fazem-se moções, se for preciso ir a qualquer lado, vai-se a qualquer lado, é preciso que venha uma Lei como houve aqui há uns anos a obrigatoriedade de pôr os pirilampos que afinal se veio a revelar que não servem para nada e acabou por se extinguir, teria sido bem mais útil a obrigatoriedade de pôr os arcos de segurança nos tratores para acabar com esse flagelo, o Senhor Presidente não está, pedia que lhe transmitissem esta situação, porque era urgente tomar alguma medida nesse sentido, até porque cada vez a população está mais envelhecida, os tratores são conduzidos cada vez por pessoas mais idosas, com menos agilidade e com menos capacidade, menos visão e os acidentes vão-se dando. -----

-----Outro assunto, para acabar, pode parecer ainda bastante cedo mas como é a última Assembleia antes do dia 13 de junho, a outra normalmente vai sempre ao final do mês, a de junho, comunicar aos elementos desta Assembleia e da mesma forma convidá-los a todos a estarem presentes nas comemorações dos setecentos anos do foral de Bemposta, como é o foral de Bemposta as comemorações não vão ser nem em Palaçoulo, nem em Sendim, nem em Mogadouro, como é o foral de Bemposta, vão ser mesmo em Bemposta porque faz todo o sentido que se o foral é de Bemposta que a as comemorações sejam em Bemposta e serão no largo da praça em Bemposta no dia 13 de junho, estão todos convidados para estarem presentes; ainda não posso fornecer o programa detalhado, mas será certamente uma representação teatral da entrega do foral, animação medieval, haverá palestras, haverá a apresentação de mais um livro sobre Bemposta, são as comemorações que a Junta sozinha está a promover, vamos fazer aquilo que é possível fazer no intuito de ninguém brilhar, não é para a Junta brilhar, não é para o Presidente da Junta brilhar, é para envolver as pessoas e é para comemorar a história, é disso que estamos a tratar, ainda é muito cedo, mas podem anotar já na agenda, teria todo gosto em os ter presentes no dia 13 de junho”. -----

► **ANTERO NETO** usou da palavra e disse: “a propósito desta história dos “jobs for the boys”, ocorreu-me um episódio bíblico que me permitam aqui recordar: um dia estava uma mulher acusada de trair o marido, ou qualquer coisa assim do género. A multidão estava a preparar-se para a apedrejar e Jesus Cristo chegou ao pé deles, pôs-se à frente e disse-lhes assim: quem nunca errou que atire a primeira pedra. Ora bem no meio da multidão estava um pastor e ao contrário do que a bíblia conta o pastor atirou a pedra e acertou em cheio na cabeça à senhora, Cristo chegou ao pé dele muito constrangido e disse-lhe assim: meu irmão, nunca erraste? E ele respondeu: a esta distância, nunca. -----

-----Queria deixar aqui uma sugestão: Mogadouro tem um estádio de

futebol. O senhor Vice-presidente é um homem de futebol, tivemos o prazer de partilhar balneários. Na minha opinião, acho que devia ser atribuído ao Estádio Municipal de Mogadouro o nome do senhor António Martins, mais conhecido por Joquinha, por tudo aquilo que ele representou e fez pelo desenvolvimento do futebol em Mogadouro. Repito, é uma sugestão que eu deixo à consideração da Câmara, naturalmente. -----

-----Uma outra questão: falou aqui no hotel de Vila de Ala, eu gostava de saber, se é que o Executivo tem algum conhecimento concreto, o que é que se passa, porque aquilo que eu ouço dizer efetivamente é que a obra foi abandonada e que vamos ficar ali também com um escarro ambiental e paisagístico no nosso concelho. Se foi abandonada é grave porque estas coisas têm que começar a ser denunciadas e combatidas pelos órgãos de direito. Gostava de saber se têm alguma informação. -----

-----Outra questão: estive recentemente numa exposição em Torre de Moncorvo, no Museu do Ferro. Uma exposição sobre a máscara e houve alguém que me chamou atenção, alguém ligado ao mundo museológico, que me chamou atenção para o facto de Mogadouro não ir ficar com nem uma única peça do riquíssimo espólio arqueológico que resultou das escavações do Baixo Sabor, sabendo nós que 40% desse espólio foi retirado do concelho de Mogadouro. E, mais grave, disseram que não esteve ninguém presente, ninguém em representação da Câmara de Mogadouro nessa reunião onde foi decidida a atribuição do espólio, ou distribuição do espólio pelos núcleos museológicos respetivos. Já agora gostava também que me esclarecesse sobre isto”. -----

► **VICE-PRESIDENTE** usou da palavra e disse: “relativamente à questão que o prof. José Maria levantou dos erros ortográficos, eu lamento que o Hernani não tenha sido seu aluno. Também foi? Então a culpa já é do professor, estou a brincar, guardo de si boas recordações enquanto professor, humildemente reconheço que também me ajudou a moldar, portanto eu tenho orgulho em ter sido seu aluno, quem me conheço sabe que eu sou muito frontal e digo o que tenho a dizer independentemente da pessoa. -----

-----Senhor Altino Aleixo, não gostei e acho que esta Assembleia não gostou da forma como se dirigiu ao nosso Presidente, votasse, não se votasse é o nosso Presidente e há uma coisa que temos que ter, é respeito por quem é eleito. -----

-----Senhor António Martins antes do senhor pedir a obra naquela reunião que houve já nós tínhamos escrito no nosso programa eleitoral, é uma pretensão nossa, não foi feita até aqui, admito que não tenha sido feita até nós entrarmos pela mesma razão, é que ainda não se conseguiu financiamento, admito, não sei se foi essa a razão porque não foi feita no passado, mas neste momento, neste ano e meio ainda não foi feita porque estamos à espera que o novo quadro comunitário abra, na certeza porém

que será feita. -----

-----Relativamente às torneiras da Figueirinha, se calhar já podiam ter sido mudadas há mais tempo, mas há uma coisa que às vezes a gente também se esquece é que quem foi eleito para defender os interesses da Figueirinha é o senhor Presidente da Junta, certo? Como o senhor foi eleito para defender os interesses das pessoas de Bemposta, portanto e até há bem pouco tempo, a Junta de Freguesia entendia, e bem pois eles é que foram eleitos por aquela Freguesia, entenderam que não havia necessidade de as mudar, percebo até pela localização das torneiras o porquê do senhor António estar tão interessado em que as torneiras sejam mudadas, mas quem quiser que vá lá depois à Figueirinha -----

-----Os arcos de segurança nos tratores, não há nada a dizer já é obrigatório por Lei, pensei que soubesse. -----

-----Relativamente ao Antero, o nome da sugestão do estádio, tomamos nota, obviamente, sem qualquer compromisso, o assunto teria que passar sempre pela Assembleia. -----

-----Relativamente ao hotel de Vila de Ala a informação que tenho já tem algum tempo, já terá três ou quatro meses, um telefonema que fiz ao empreendedor, ao senhor Oliveira, porque estava preocupado por a obra estar há tanto tempo parada e decidi ligar-lhe, a informação que me deu é que realmente a obra está parada, infelizmente correu-lhe mal a questão do despoletar a nível nacional com os vistos gold, não veio na altura certa, na certeza porém que eles estão a fazer todos os esforços, sei inclusive que já fizeram algumas deslocações ao oriente, nomeadamente ao Japão, à China numa perspectiva de captar investidores que queiram investir no Mogaequestre, é a última informação que tenho. -----

-----Relativamente ao espólio do Baixo Sabor, a informação que tem admito que não seja a mais correta, aquilo que ficou decidido pelos quatro municípios é que o espólio que foi retirado da albufeira, das margens, está à guarda, está junto, e está sob a tutela da Direção da Cultura do Norte, o mesmo agora vai ser, digamos que filtrado, vão ver, porque a informação que tenho é que há lá muita peça em que o valor é pouco relevante, foi a expressão usada, eles vão fazer uma triagem, e quando for feita essa triagem o mesmo será devolvido ao seu dono, cada concelho irá ter aquilo que era seu, não é verdade que Mogadouro não ficou com aquilo que era dele”. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “para esclarecer o assunto das torneirinhas e ainda bem que o senhor Vice-presidente tocou naquele que é mesmo o cerne da questão quando disse que a minha preocupação era de facto a localização das torneiras, ora claro que sim, eu até tenho para comigo que o motivo da colocação das torneirinhas fui eu próprio, foi uma forma de represália que alguns elementos do PS encontraram de fazer uma vinganczinha de forma soez e rasteira contra a

minha pessoa foi mudar umas torneiras, uma que estava precisamente encostada ao estábulo dos meus sogros, ora importa esclarecer alguns assuntos, primeiro a responsabilidade eu continuo a acreditar que tenha sido da Câmara porque foi assumido pelo senhor Presidente que inclusivamente até tinha fotografias, devem-se recordar, que tinha fotografias do local com uma mangueira lá ligada para regar, desafiei-o a publicar as fotografias e a saber de quem era a mangueira, eu esclareço-lhe, os meus sogros têm de facto uma propriedade agrícola ali nas imediações, sabe quantos metros quadrados tem? Cerca de 5 ou 6 metros quadrados para regar. Sabe o que lá se cultiva? Quatro ou cinco morangueiros e meia dúzia de alfaces, depois comemos as alfaces e os morangos deixam de dar e acabou-se a rega e fica mais perto a água da ribeira porque só é atravessar a rua e colher na ribeira do que a torneira que fica a 40 ou 50 metros, portanto a rega está fora de hipótese, mas a mangueira de vez em quando está lá, sabe porque é que lá está senhor Presidente porque ali também há vitelos, há meia dúzia de galinhas e dois ou três porcos de vez em quando e os meus sogros já tem setenta e tais, oitenta anos, em vez de virem cá em baixo colher água nos baldes para levar para cima que é uma rampa de vinte ou trinta metros, até fui eu que lhe disse, põe aqui uma pia, ligam uma mangueirinha, em vez de andarem todos os dias a apanhar baldes de água encham a pia e os animais bebem dali, porque andavam todos os dias dois baldes de manhã e dois baldes à tarde, a não ser que com esta Câmara seja proibido colher água para dar de beber aos animais. Serão estes baldes de água que são o grande problema? Acredito que não, foi uma vingança que fizeram e não largava o assunto enquanto não fosse resolvido, felizmente parece que está e espero que com isto tudo ficasse esclarecido”.

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** interveio para dizer que se encontravam encerradas as intervenções dando de seguida a palavra à Segunda Secretária da Mesa para que procedesse à leitura da ata em minuta. -----

-----A Segunda Secretária da Mesa, Maria Teresa Cordeiro Afonso, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

----- Finda a leitura da ata o Senhor Presidente da Assembleia pôs à votação a ata em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a fim de que tudo o que foi tratado na sessão se tornasse executório imediatamente, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade. -----

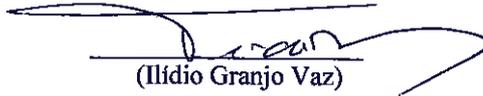
-----Às treze horas o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Maria Isabel Sarmiento Martins Preto, funcionária de apoio administrativo à Assembleia Municipal redigi e subscrevi. -----

A funcionária de apoio,



(Maria Isabel Sarmiento Martins Preto)

O Presidente da Assembleia Municipal,



(Ilídio Granjo Vaz)

<sup>1)</sup> Esta ata é constituída por 19.744 palavras, distribuídas por 41 páginas.

